

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
PRÓ REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

**TÍTULO: AS INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO-SUBDESENVOLVIMENTO:
PERSPECTIVA E REALIDADE**

MESTRE: WALDIR PEDROSA DE AMCRIM

ORIENTADOR: JURANDIR ANTONIO XAVIER

CAMPINA GRANDE - PARAIBA - MARÇO 1993



A524i Amorim, Waldir Pedrosa de
As interpretações do desenvolvimento-subdesenvolvimento
: perspectiva e realidade / Waldir Pedrosa de Amorim. -
Campina Grande, 1993.
87 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal
da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Economia 2. Desenvolvimento - Subdesenvolvimento 3.
Diferenciais Socio-Econômicos 4. Modernização - CEPAL 5.
Dissertação - Economia I. Xavier, Jurandir Antonio II.
Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB)

CDU 338.1(043)

ÍNDICE

Capítulo 1. Introdução	03
Capítulo 2. Origem e evolução dos conceitos	07
Capítulo 3. A análise transicional e suas consequências	26
Capítulo 4. As idéias gerais cepalinas e suas frustrações	49
Capítulo 5. Conclusão	81
Referências bibliográficas	85

CAPÍTULO 1 - Introdução

" O modelo de desenvolvimento que produziu os estilos de vida que nós temos no mundo industrializado é simplesmente insustentável"

Maurice Strong

(Secretário Executivo ECO 92)

(Revista VEJA, nº1231)

Esta dissertação tem por objetivo, analisar como se comportam, a perspectiva das interpretações do desenvolvimento-subdesenvolvimento e a realidade. As interpretações aqui expostas são: as idéias de análise transicional e as idéias gerais da escola cepalina. Estas interpretações sustentam como perspectiva básica que, os países e povos subdesenvolvidos podem tranquilamente alcançar a condição de desenvolvidos.

Dentro desta perspectiva, os grandes diferenciais sócio-econômicos existentes entre países desenvolvidos, apresentam uma tendência de redução, ou até mesmo de eliminação completa destes incômodos diferenciais. Para alcançar tal condição, os países subdesenvolvidos, terão que remover diversos obstáculos que os impedem de adquirir o desenvolvimento sistemático.

Os obstáculos, são características que não mais existem nas modernas sociedades capitalistas da Europa Ocidental, dos Estados Unidos, do Japão e do Canadá. Assim, com a progressiva remoção destes obstáculos, as sociedades desenvolvidas. Na ultrapassagem das sociedades subdesenvolvidas para as sociedades desenvolvidas, cristaliza-se como o processo de modernização. Modernização, aqui é entendida, como sendo a assimilação dos padrões de consumo das atuais sociedades capitalistas desenvolvidas.

Portanto, para a análise transicional a perspectiva básica é que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são momentos distintos de uma mesma realidade. Assim, existe a condição de desenvolvido ou moderno, que caracteriza as sociedades adiantadas, também chamadas de polo moderno. Concomitantemente, existe a condição de subdesenvolvido, que caracteriza as sociedades atrasadas, também conhecidas como polo tradicional.

Contudo, qualquer que seja o país e qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que se encontra, é perfeitamente possível, realizar a tranquila transição da condição de subdesenvolvido para a condição de desenvolvido. Essa transição será efetivada através de uma sucessão linear de etapas bem definidas. Desta maneira, com tempo e paciência, é possível avançar da condição de subdesenvolvido para a condição de desenvolvido.

A passagem da etapa de sociedade tradicional à sociedade desenvolvida, caracteriza-se como processo de modernização e se efetiva através de uma gradual remoção de obstáculos — aspectos eminentemente não europeus e não norte-americanos — e da difusão da modernidade. A modernização, ou melhor, a europeização ou

americanização das sociedades tradicionais, essência do processo de transição, resulta praticamente no contato com os polos modernos, ou as sociedades desenvolvidas.

Pretende-se com a remoção dos obstáculos acelerar a ação dos fatores considerados dinâmicos no processo de modernização. Os fatores considerados são os níveis de PNB e PNB per capita, hábitos de consumo, etc.. Enfim, resume-se na obtenção dos padrões de consumo das sociedades desenvolvidas todo o processo de transição ou de modernização das economias tradicionais.

As idéias gerais da escola cepalina, também conhecidas como idéias desenvolvimentistas, industrialistas ou estruturalistas, acreditam que somente com a remoção dos obstáculos existentes nas relações entre países e povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, é possível romper as amarras do subdesenvolvimento.

Assim sendo, o desenvolvimento é definido como sendo o resultado do intercâmbio internacional. A forma como as antigas colônias foram integradas na economia internacional pelas economias capitalistas desenvolvidas, deformou a estrutura de produção e de consumo das áreas subdesenvolvidas. Estas, começaram então a produzir bens que nunca usavam e usando bens que não produziam. Para romper esta incômoda situação é tão somente necessário, mostrar sua capacidade de equilibrar o comércio exterior. Enfim, remover os obstáculos para vencer os desajustes externos. Os países industrializados eram instados a proporcionar condições mais favoráveis ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Por conseguinte, facilmente se percebe que tanto as idéias da análise transicional, quanto, as idéias gerais da escola cepalina, têm como característica comum o pressuposto básico de que todos os

países subdesenvolvidos conseguirão de uma forma ou de outra atingir a tão invejável condição de desenvolvido. Em última instância, os enormes diferenciais socio-econômicos existentes entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos tenderão a diminuir progressivamente.

Em síntese, serão expostos os pressupostos básicos das interpretações do desenvolvimento-subdesenvolvimento, ou melhor ainda, a exposição das idéias da análise transicional e as idéias gerais da escola cepalina. Com isto, pretende-se captar a essência destas idéias que balizam para uma progressiva diminuição dos diferenciais socio-econômicos existentes nos polos extremos da economia capitalista internacional. Será que é isto mesmo que ocorre na realidade com as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas?

CAPÍTULO 2 - Origem e evolução dos conceitos

" Acredito que a economia de mercado não é o propósito da vida"

Vaclav Havel

(Presidente da República Checa)

(Revista VEJA, Edição 1271)

As primeiras idéias da economia política sobre a evolução das sociedades humanas, garantem que essa se efetivou através de uma sucessão de fases necessárias e imprescindíveis. Para o economista político escocês Adam Smith, a evolução econômica da humanidade na sua busca incessante pelo progresso constitui-se de uma sequência de fases: a caça, a criação de animais, a agricultura, o comércio e a indústria.

Para o economista alemão List, a evolução de todas as sociedades humanas, efetivou-se através da passagem da escravidão à atividade pastoril, à agricultura e manufatura e, finalmente, o comércio. Classificações similares encontram-se em diversas obras.

Para Marx, como crítico da economia política, a evolução da sociedade humana estava baseada numa sequência de fases da

atividade econômica. Nessa concepção a forma de apropriação da produção determina a forma de organização do sistema econômico. Em todas as épocas históricas os homens produzem sob uma determinada forma de relação social de produção.

Assim, de uma forma não necessariamente linear a humanidade teria sido submetida às relações de produção da comunidade primitiva, da escravidão, do modo asiático de produção, do feudalismo e do capitalismo. Essa caminhada gloriosa conhecerá novas relações de produção correspondente aos avanços das forças produtivas da sociedade com o conseqüente aumento da produtividade do trabalho.

Com o advento da revolução industrial e a decorrente expansão da economia mercantil capitaneada pelos países da Europa Ocidental, instalou-se a nível internacional o sistema colonialista baseado na dicotomia metrópole-colônia. Países e povos eram então caracterizados como civilizados e nativos. As diferenças socio-econômicas existentes neste conjunto eram sempre atribuídas a fatores naturais, como por exemplo, a raça, o clima, a situação geográfica, etc..

Essa caracterização constituía-se na típica linguagem dos apologistas do sistema colonialista internacional. Portanto, em decorrência do caráter constante dos fatores naturais, a condição de então civilizado-nativo, era assim inexoravelmente invariável. Patenteiava-se dessa forma a rigidez da fatalidade a que estava submetida países e povos espalhados pelos quatro quadrantes do planeta.

Com os significativos acontecimentos do século vinte, como por exemplo, a grande crise de 29, a segunda guerra mundial, o

vitorioso movimento de libertação nacional ocorrido em diversos continentes, o anacrônico sistema colonialista internacional entrou em colapso completo. Concomitantemente, entra também em colapso a linguagem oficial da propaganda deste sistema, ou seja, o recurso aos fatores naturais para explicar os diferenciais socio-econômicos em escala internacional.

Após o término do sistema colonialista internacional, entra em cena no panorama mundial uma nova ordem de comportamento dos países e povos. Aparece assim uma nova linguagem para compatibilizar-se com as relações capitalistas internacionais dos tempos modernos. Em decorrência desta nova situação, surgiram os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento para caracterizar as diferenças socio-econômicas existentes entre povos e países pelo mundo afora.

Todos esses acontecimentos ensejaram a necessidade de tentar justificar a nova ordem internacional surgida depois desses eventos memoráveis. Dessa forma, para substituir as premissas preconceituosas do colonialismo, surgiram as modernas interpretações do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Estas tentam mostrar a situação existente e lançam premissas sobre como as sociedades subdesenvolvidas podem atingir a invejável condição de sociedades desenvolvidas.

Em consequência, vieram ao conhecimento público um conjunto sistematizado de idéias para explicar os preocupantes diferenciais socio-econômicos entre países e povos localizados nos diversos continentes. Estas interpretações lançam mão de novos enfoques, de novos indicadores econométricos, de novas categorias analíticas, etc.. Enfim apresentam uma nova metodologia compatível

com os tempos modernos. E, dessa maneira, apareceram as intituladas idéias da análise transicional e as idéias gerais da escola cepalina sobre o complexo fenômeno do desenvolvimento-subdesenvolvimento.

As idéias da análise transicional prosseguem o já conhecido esquema de fases ou etapas que condicionam o comportamento das sociedades humanas rumo ao progresso. Aqui tem-se uma nova classificação da história da humanidade. Por esse esquema é possível identificar em que fase ou etapa de desenvolvimento se encontra determinada sociedade. Conquanto, é possível caracterizar cinco etapas definidas: "a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa". (Rostow, 1978: 16)

A análise transicional aparece como um firme marco de orientação teórico-metodológico para análises e críticas promovidas por outras interpretações da sempre atual questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Assim é imprescindível o conhecimento das pressuposições básicas de todo pensamento transicional.

A essência das idéias da análise transicional garante que, "o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são momentos diferentes de um mesmo continuum, isto quer dizer que o subdesenvolvimento é uma realidade temporária que será progressivamente substituída pelo desenvolvimento. Esse processo de substituição é gradual e se desenvolve através de etapas. O polo moderno do continuum é definido em termos de características abstraídas da experiência concreta da Europa e da América do Norte; o polo tradicional é definido a partir do que se encontra nas sociedades subdesenvolvidas. O processo de modernização é a transição do tradicional para o

moderno". (Figueiredo, 1978: 18).

A passagem da etapa de sociedade tradicional à sociedade desenvolvida caracteriza-se como processo de modernização e se efetiva através de um processo gradual de remoção de obstáculos — aspectos eminentemente não europeus e não norte-americanos — e da difusão da modernidade. A modernização, ou melhor, a europeização ou a americanização das sociedades tradicionais subdesenvolvidas resulta praticamente no contato com polos modernos.

Para a remoção dos obstáculos, é possível e até mesmo necessário um certo grau de controle intencional. Com isto, também é possível acelerar a ação dos fatores considerados dinâmicos no processo de modernização. Os fatores selecionados são níveis de PNB e PNB per capita, hábitos de consumo, necessidade de realização, índices de crescimento populacional, etc.. Resume-se na obtenção dos padrões de consumo das sociedades desenvolvidas todo o processo de transição ou de modernização das economias tradicionais.

No processo de transição ou de modernização das sociedades tradicionais, "características dos países subdesenvolvidos que não aparecem com a mesma intensidade nos países desenvolvidos são considerados obstáculos ao desenvolvimento e, como tal, elementos a serem removidos da sociedade tradicional subdesenvolvida. A pressuposição implícita é que os países desenvolvidos de hoje enfrentaram obstáculos semelhantes em sua experiência passada, que foram progressivamente removidos". (Figueiredo, 1978:20)

As idéias gerais da escola cepalina, também conhecidas como idéias desenvolvimentistas ou industrialistas ou estruturalistas, mesmo permanecendo muito próxima da abordagem transicional, ao acreditar que somente com a remoção dos obstáculos

é possível romper-se a férrea redoma do subdesenvolvimento. Os primeiros passos das idéias cepalinas consiste no questionamento da perspectiva transicional. Conquanto, identifica nas relações entre os países e povos desenvolvidos e subdesenvolvidos os obstáculos do desenvolvimento destes.

Constitui uma firme inquietação para os desenvolvimentistas o porquê da América Latina não se desenvolveu da mesma forma que a Europa e os Estados Unidos. Para responder a esta inquietação tomam como ponto de partida uma análise histórica comparativa de ambos os casos e, concluem que o subdesenvolvimento não é um estágio necessário na formação das modernas economias capitalistas como apregoam os cânones da análise transicional.

Para os desenvolvimentistas, "o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas.. É, em si uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas, visando utilizar recursos naturais e de mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista". (Furtado, 1987: 195)

O fenômeno do subdesenvolvimento além de ser complexo, é bastante variado. Pois, "o caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar em equilíbrio estático, por longos períodos". Furtado, 1987: 195)

Ademais, "o caso mais complexo é aquele em que a economia apresenta três setores: um principalmente de subsistência; outro voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversifica-

do para produzir parte dos bens de capital de que necessita a economia para desenvolver-se". (Furtado, 1987: 195)

Aliás, a complexidade do fenômeno do subdesenvolvimento extrapola facilmente os marcos da análise econômica e avança pelas esferas política e cultural. Porquanto, "uma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema da divisão internacional do trabalho em que está inserida, e que, em suas raízes, o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza política e cultural". (Furtado, 1987: 199)

As idéias desenvolvimentistas criaram história não só na economia política brasileira, como também no pensamento da economia política latino-americana. Estas idéias se pautaram por um determinado enfoque teórico impregnado nos seus diversos documentos. Descendem "direto da corrente keynesiana que se opunha ao liberalismo neoclássico, esse ideário empolgou boa parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40 e 50, e se constituiu na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista nos países de ponta desse continente". (Mantega, 1987: 23)

Partindo da premissa de que os desenvolvimentistas propugnavam por um modelo de desenvolvimento capitalista para os países da periferia semelhante ao experimentado pelos países desenvolvidos, essa doutrina propagandeava que somente com a participação moderada do Estado na economia por meio de planejamento global, era possível criar as condições plenas para a industrialização nacional. Em razão disso, o desenvolvimentismo, não se limitou tão somente à produção teórica acadêmica, mas avançou

ousadamente para o campo da política econômica e de planejamento governamental. A inspiração para elaboração de planos de desenvolvimento foi um corolário imediato.

Passa a se constituir no marco referencial do desenvolvimentismo o conjunto das idéias contidas na análise econômica e nas receitas para promoção do desenvolvimento elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL —. Contudo, "essa instituição corre o risco de cair no esquecimento, antes de se ter um balanço de sua influência e contribuições". (Mantega, 1987: 32)

As idéias da análise transicional e as dos desenvolvimentistas convergem para um ponto de fuga comum. Ambas acreditam que com a remoção dos obstáculos que ainda contaminam as sociedades subdesenvolvidas, é possível avançar-se no sentido da modernização, da transição rumo ao progresso, ao cobiçado estágio de desenvolvido. A análise transicional faz isto de uma maneira vaga, enquanto que, as idéias desenvolvimentistas identificam nas relações internacionais a origem desses obstáculos.

Outra convergência notável na análise transicional e nas idéias desenvolvimentistas é a ausência total de comentários ao processo de transferências de riquezas dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. Essa transferência de riquezas sob a dominação do capitalismo internacional, reforça sobremaneira a poupança interna e o processo de acumulação e reprodução nos países desenvolvidos e, debilita em maiores proporções estas mesmas grandezas nos países subdesenvolvidos. Os propagandistas do capitalismo internacional têm todo o interesse do mundo em esquecer este fato incontestável.

Como se sabe desde muito tempo, a formação social capitalista com seu particular processo de reprodução e acumulação de riquezas, ocupou as áreas nacionais nos países em que as relações de produção capitalista se expandiram com inusitada energia e, então teve que se expandir em escala internacional. Desta forma, países e povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, situam-se dentro do polígono de interesses e influências desta histórica formação social. E como toda formação social, o capitalismo internacional não é nenhuma exceção, tem a necessidade da existência de uma teoria que justifique a sua prática, a sua ação, nos níveis nacional e internacional. Em virtude disto, o capitalismo internacional, tem todo o interesse em encontrar novas idéias que justifiquem e legitimem a sua específica prática em escala internacional.

A prática do capitalismo internacional tem sido altamente prejudicial aos interesses de países e povos subdesenvolvidos ao longo dos tempos. Conquanto, causa espécie o fato de somente na década de oitenta, para não alongarmos em demoradas citações, as chamadas áreas subdesenvolvidas entregaram sob as mais diversas formas a espantosa quantia de quinhentos bilhões de dólares para as chamadas áreas desenvolvidas, segundo dados da ONU. Somente a América Latina, contribuiu com significativos duzentos bilhões de dólares. De conformidade com isso, os "ricos" povos e países das áreas subdesenvolvidas ajudaram os "pobres" povos e países das áreas desenvolvidas.

Com essa fantástica quantia fluíu subdesenvolvidas para as áreas desenvolvidas e, esse absurdo fluxo de riquezas já atravessa séculos, imperativamente, chega-se facilmente ao conhecimento dos verdadeiros objetivos do capitalismo internacional. Os quais

consistem, sob as mais diversas formas, inclusive com o uso da força bruta, a extração de riquezas das áreas subdesenvolvidas. Mesmo praticando essa pirataria dos tempos modernos, o capitalismo internacional continua agindo livremente nessas áreas. Considerando-as, irresponsavelmente, como sua esfera de interesse e influência.

Em decorrência dessa atuação predatória a nível internacional, o capitalismo tem criado grandes contradições que dificultam bastante o acesso das pessoas ao benefícios do progresso. Conquanto, "Se observarmos o sistema capitalista em seu conjunto vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observarmos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte". (Furtado, 1983: 74)

Em conformidade com os objetivos do capitalismo internacional, causa espécie que, "os ricos Estados do Ocidente continuam a receber "tributos" neocolonialistas. Apenas na última década, grandes empresas norte-americanas drenaram dos países em desenvolvimento lucros equivalentes a quatro vezes o investimento que fizeram". (Gorbachev, 1989: 201). Assim fica por demais evidente que, o fluxo de riquezas à nível internacional é extremamente prejudicial às economias de povos e países das chamadas áreas subdesenvolvidas.

Esse fluxo de riquezas resultante da expansão da economia mercantil nas condições impostas pelo capitalismo internacional provocou grandes sequelas na atividade econômica dos países. Por que, "o capitalismo industrial levou certos países (os que lideram

o processo de industrialização) a especializar-se naquelas atividades em métodos produtivos mais eficientes penetravam rapidamente, e levaram outros a especializar-se em atividades em que essa forma de progresso técnico era insignificante, ou a buscar a via de alienação das reservas de recursos naturais não reprodutíveis". (Furtado, 1983: 79)

Se a chegada do capitalismo internacional às áreas subdesenvolvidas no início trouxe algumas vantagens, a médio e longo prazos, o que era vantagem se transformou no seu oposto, ou seja, desvantagem. Por conseguinte. "A penetração do capitalismo ocidental nos países hoje subdesenvolvidos se, por um lado, acelerou, com irresistível energia, o aparecimento de alguns pré-requisitos básicos para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou, com igual força o amadurecimento de outros. A remoção de parcela do excedente econômico anteriormente acumulado e daquele que era continuamente gerado pelos países invadidos não podia causar senão sério retrocesso em sua acumulação primitiva de capital". (Baran, 1972: 214)

Na particularidade da industrialização da economia brasileira, "Historicamente a luta do capitalismo internacional, inicialmente inglês e depois norte-americano, em relação ao Brasil fora a de dificultar seu desenvolvimento industrial, a fim de conservar o mercado para seus produtos manufaturados de exportação. Dessa forma, os investimentos estrangeiros no Brasil eram especialmente dirigidos aos serviços públicos, aos transportes (para facilitar as exportações de produtos primários), ao comércio". (Bresser Pereira, 16ª Edição: 48)

Como consequência do conflito de interesses do capitalismo internacional e dos interesses nacionais, "A economia brasileira constitui exemplo interessante de quanto um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento: grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas sub-empregadas nas zonas urbanas, etc.". (Furtado, 1983: 95)

Nessa perspectiva por demais clara e evidente, ou seja, a exploração econômica dos países e povos das áreas subdesenvolvidas em benefício dos países e povos das áreas desenvolvidas, o capitalismo internacional tem todo o interesse possível em omitir propositalmente esse fato incontestável. Enfim, a prática vivenciada pelos países e povos sob o cinturão de fogo do capitalismo internacional, não pode ser objeto de pesquisa e análise teórica em nenhuma hipótese. A situação concreta e real desses países e povos não pode ser levada em consideração. Neste particular a análise transicional é simplesmente perfeita.

Um aspecto muito evidente de omissão das interpretações do desenvolvimento é a lamentável ausência de quaisquer comentários sobre o surgimento do subdesenvolvimento como fenômeno socio-econômico. Em particular, as idéias da análise transicional, as quais forma objeto de uma contundente crítica por parte do pensador André Gunder Frank. A quem cabe a responsabilidade pelo surgimento e manutenção dessa inquietante situação? As interpretações do desenvolvimento-subdesenvolvimento não dedicam nenhuma atenção a essa sensível problemática, não a considera digna de constar ao conjunto

de suas idéias.

Ademais, outra maneira de desviar a atenção da questão do subdesenvolvimento é analisá-lo de uma forma isolada. Porquanto, na hipótese de uma análise conjunta da unidade dialética desenvolvimento-subdesenvolvimento, constatar-se-á sem maiores esforços que o desenvolvimento de uns significa o subdesenvolvimento de outros e vice-versa. Ou melhor, "O desenvolvimento de uns estaria na origem do não-desenvolvimento dos outros. O subdesenvolvimento não é mais o "insucesso do desenvolvimento", mas o resultado desse desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista acelerado de uns países tem sido como contrapartida o bloqueio do desenvolvimento dos outros e a criação de sua condição de subdesenvolvimento". (Pakman, jan/86 mar/88: Rev. Raízes, 57)

Entretanto, é perfeitamente possível descobrir que as interpretações do desenvolvimento-subdesenvolvimento apresentam uma lógica coerente na questão metodológica. Ao não dedicar nenhuma atenção ou de forma insuficiente ao surgimento e manutenção do complexo fenômeno do subdesenvolvimento, quem são seus responsáveis, etc.. Também coerentemente, não dedicam nenhuma atenção ao comportamento desastroso do capitalismo internacional, no que diz respeito ao caráter das relações entre países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. A omissão da análise dessas relações indica uma tendência a negar a forte evidência de que existe um fluxo de riquezas, ininterruptamente ao longo do séculos, dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. Consistindo, desta forma, a razão de ser o capitalismo internacional.

Esse movimento de riquezas ao mesmo tempo que contribui para a aceleração do processo de reprodução e de acumulação nos

países desenvolvidos, enfraquece numa dimensão imensamente maior o mesmo proceso nos países subdesenvolvidos. Explicando melhor, a quantia de um bilhão de dólares, por exemplo, reforça a poupança interna dos países desenvolvidos numa determinada dimensão. Enquanto que, a saída desta mesma quantia de um país subdesenvolvido, debilita a poupança interna numa dimensão muito mais significativa. É isto decorrente, do fato de que uma dada quantia de riqueza tem uma dimensão relativa em diferentes países.

No tocante às idéias da análise transicional, é flagrante o seu aspecto abstrato como modelo de investigação e interpretação da prática vivenciada pelos países e povos do mundo inteiro. A terminologia das etapas lineares e sucessivas, não obstante, o seu denodado esforço de sistematizar as diversas variáveis econômicas constitui-se num modelo abstrato. A transição de subdesenvolvido para a condição de desenvolvido, a qual todos os países e povos podem atingir, ainda não foi digerida e talvez nunca venha a ser.

As explicações oferecidas pela análise transicional para a queima de etapas sucessivas e lineares, são pouco convenientes. Ao traçar uma via única para todos os povos e países, ou melhor, a obrigatoriedade de ultrapassar as etapas lineares de seu modelo abstrato, simplesmente, homogeniza povos e países. As diferenças e especificidades de cada país e povo são inconsequentemente desprezadas. As considerações científicas sobre o processo de formação social particular, não são objetos de pesquisas na análise transicional.

Com o esquecimento proposital de importantes categorias da economia política do fenômeno do subdesenvolvimento, por exemplo, as relações de produção, a análise transicional só podia mesmo

enveredar por caminhos tortuosos e cada vez mais abstratos seus raciocínios. Ao tentar nivelar países e povos, ou melhor, todos terão que percorrer as mesmas etapas para se atingir a condição de desenvolvidos, efetivamente uma estranha homogeinização de realidades diferentes.

Quanto ao modelo teórico explícito nas idéias gerais da escola cepalina, verdade seja dito, além de ser o menos abstrato é mais otimista do que apregoa a análise transicional. Aqui, é escolhido um problema concreto, ou seja, a administração eficiente do intercâmbio internacional, objetivando a remoção dos obstáculos existentes nas relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Qualquer país poderá atingir a condição de desenvolvido, dentro do modelo capitalista, desde que seja capaz de equilibrar eficientemente o comércio exterior.

As idéias gerais da escola cepalina sobre a economia política do subdesenvolvimento apresenta inegáveis avanços em comparação com as idéias da análise transicional. Como se trata de um problema concreto, qual seja, o intercâmbio internacional e, com a predominância dos elementos da análise econômica keynesiana, foi possível a idealização de diversas orientações de política econômica. Formou-se desta maneira um conjunto de idéias sobre diversos aspectos que envolvem as atividade econômicas, como por exemplo, os incentivos fiscais, as dispensas de impostos, etc., como forma de promover o desenvolvimento de uma determinada região.

Mesmo com a existência de elementos abstratos no conjunto das idéias gerais da escola cepalina, por exemplo, "desenvolvimento para fora", "desenvolvimento para dentro" etc., inúmeros problemas concretos são analisados. Deve-se destacar os estudos sobre a

política monetária, a política fiscal, etc.. Com essas políticas dos mais diversos setores da atividade econômica, as idéias gerais da escola cepalina tiveram boa aceitação nos meios acadêmico, político e empresarial da sociedade brasileira.

De posse dos elementos da análise econômica keynesiana, as idéias gerais da escola cepalina, trouxeram um bem elaborado projeto de participação do Estado no processo produtivo. Com isto vieram ao conhecimento público as idéias de cunho nacionalistas, que via de regra, vaticinavam uma presença cada vez mais intensa do Estado, através das empresas estatais, na atividade econômica. Essas empresas estatais preferencialmente nos setores básicos, por exemplo, minérios, geração de energia, siderúrgica.

As idéias da criação de empresas estatais em grande profusão, agradou o espectro político que vai da esquerda ao centro e, até mesmo alguns setores da direita. Esta concordância da esquerda com o surgimento de grandes empresas em diversos setores econômicos, provavelmente, se deu muito mais por uma questão de afinidade do que por uma análise científica do papel dessas empresas na realidade brasileira.

Porquanto, em todo o leste europeu, estava em voga que o desenvolvimento deveria ser conduzido sob a bandeira da estatização generalizada. Diversos pensadores da esquerda, por exemplo, Nelson Werneck, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, etc., posicionaram-se favoráveis à disseminação da propriedade estatal como condutora do desenvolvimento sócio-econômico. Nesse contexto, aliás, as idéias da escola cepalina, tiveram o dom mágico de juntar pensadores de diferentes matizes filosóficas.

Outra contribuição notável da escola cepalina, foi a introdução do planejamento nas atividades econômicas dos países subdesenvolvidos. Este aspecto em muito contribuiu para o desenvolvimento da economia brasileira. Quem não se lembra do plano de metas, do plano trienal, afinal de contas, isto permitiu o surgimento do maior parque industrial do terceiro mundo. Isto ocorreu em concordância com as idéias da escola cepalina que sempre defendeu o desenvolvimento seria possível via industrialização, ou melhor ainda, industrialização brasileira são bastante significativos. Mas será que industrialização massiva é sinônimo de progresso e bem estar para todos?

Mas entre o modelo teórico e a sua efetiva capacidade de explicação da prática existem muitas dificuldades. Aliás, o modelo teórico só pode ser cientificamente sustentado, conforme tenha capacidade de oferecer as mais variadas respostas aos problemas que surgem na vida diária de países e povos. Dentro dessa visão é que devem ser observadas a coincidência ou não das respostas das teses contidas nas interpretações estudadas.

Segundo dados de uma pesquisa conduzida pela ONU/FAO/CEPAL, recentemente publicada, 41% dos habitantes da América Latina e do Caribe, ainda estão abaixo da "linha de pobreza" e que mais de 60 milhões de pessoas padecem de uma forma endêmica de "fome crônica". Ademais, o número de pessoas que vivem abaixo da "linha de pobreza" pela mesma pesquisa, no ano de 1970 era de 130 milhões e, que em 1980 esse número aumentou para 183 milhões. Ainda mais agravante é que, a produção de alimentos por habitante na América Latina diminuiu de 0,4 por cento no período de 1981 a 1987. Como se sabe o crescimento populacional nesse período sofreu um

vertiginoso aumento.

Por conseguinte, a perspectiva da análise transicional de que com um variável tempo os povos e países do mundo inteiro estariam realizando uma segura transição da condição de subdesenvolvidos para a condição de desenvolvidos, não apresenta nenhuma sustentação empírica, histórica ou científica. Em termos relativos, o diferencial socio-econômico que separa os países e povos subdesenvolvidos dos países e povos desenvolvidos, ao longo dos tempos tem se ampliado. Em consequência, apontam para uma direção contrária ao que apregoa a perspectivas da análise transicional.

Quanto à perspectiva das idéias gerais da escola cepalina de que reside na capacidade de administrar com equilíbrio o comércio exterior para vencer os obstáculos externos e garantir o desenvolvimento. Este, seria alcançado pela via massiva da industrialização e, assim surgiria uma sociedade altamente desenvolvida dentro das condições do capitalismo internacional. No entanto, a tendência da realidade vivenciada por países e povos das áreas subdesenvolvidas não é assim tão rósea. Mesmo com considerável avanço das idéias da escola cepalina em comparação com as idéias abstratas da análise transicional, o seu modelo teórico, mesmo tratando de algumas questões concretas, tem se mostrado insuficiente para dar respostas a diversos problemas existentes na atualidade.

Em síntese, tanto as idéias da análise transicional quanto as idéias gerais da escola cepalina, explicitadas em respectivas dissertações, têm sido completamente ineficientes para explicar cientificamente o complexo fenômeno do subdesenvolvimento socio-econômico. Sem dúvida nenhuma, esse desencontro entre as

perspectivas das teses teóricas e a objetividade da prática, decorre não da insuficiência de concepção dessas teses e, sim de algo muito mais complexo.

Com a constatação na prática de que os diferenciais socio-econômicos entre países e povos desenvolvidos e subdesenvolvidos têm aumentado ao longo dos tempos e que padrões de consumo dos países e povos desenvolvidos não serão tão facilmente atingidos somos levados a uma desoladora conclusão. Com isto, "Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico — a idéia de que os povos podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos — é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista". (Furtado, 1983: 75)

Aliás, dentro do quadro de crescentes dificuldades que apresentam as economias das áreas subdesenvolvidas, a perspectiva do desenvolvimento cada vez mais se configura de difícil realização. Assim sendo, "Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento". (Furtado, 1983: 75/76)

CAPÍTULO 3 - A análise transicional e suas inconsistências

"Confiar na teoria econômica neoclássica é uma questão de fé. Eu, pessoalmente, tenho fé: no momento, porém, o melhor que posso fazer para convencer os outros é invocar a autoridade de um Samuelson"

C. E. Ferguson

As idéias da análise transicional como interpretação da economia política do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, afirma que, estes, são partes constituintes de uma mesma realidade, concretizada por um conjunto bem definido de etapas de desenvolvimento. Deduzindo-se, então, que o subdesenvolvimento é uma situação temporária, que progressivamente será substituída pelo desenvolvimento. Esta transição da condição de subdesenvolvido para a condição de desenvolvido é processo de modernização e, é materializado através de sucessivas etapas lineares de desenvolvimento.

O processo de modernização efetivar-se-á através da remoção gradual de obstáculos típicos das sociedades subdesenvolvidas, os quais, já não são mais detectados nas modernas sociedades desenvolvidas da Europa Ocidental, nos Estados

Unidos, Japão e Canadá. À medida que as sociedades tradicionais (subdesenvolvidas) em contato direto com as sociedades modernas (desenvolvidas), forem adquirindo as características destas, o processo de modernização estará em curso com a ultrapassagem das diversas etapas do desenvolvimento.

As etapas sucessivas de desenvolvimento caracterizam o estágio de evolução em que se encontra uma determinada sociedade. Assim sendo, "É possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa". (Rostow, 1978:16)

A sociedade tradicional tida como a infância de todas as sociedades, é compreendida como "aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produções — limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtoniana, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico — Newton é aqui tomado como um símbolo daquele divisor de águas da História após o qual os homens passaram a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva sistemática". (Rostow, 1978: 16)

No seio da sociedade tradicional começam a desenvolver-se elementos capazes de propiciarem a efetiva transição rumo à modernidade. Para isto é necessário um conjunto de elementos classificados como as condições para o arranco. Esta, é definida como "a era de transição em que uma sociedade se prepara — ou é preparada por forças externas — para o desenvolvimento sistemático". (Ros-

tow, 1978: 31)

Em conformidade com as condições particulares vivenciadas por povos e países, dois casos são facilmente identificados. Primeiramente, há o que se convencionou chamar-se de caso geral. Este, se encaixa perfeitamente na evolução do desenvolvimento das sociedades de toda Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Nestas áreas, a criação das precondições para o arranco se efetivou com grandes modificações nas sociedades tradicionais existentes. Modificações estas que alteraram de uma maneira profunda, toda a estrutura social e o sistema político, como também as técnicas produtivas.

Como segundo caso, encontra-se um pequeno grupo de nações que podem ser classificadas como aquelas que, "nasceram livres". Aqui se encontram os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá e, talvez, algumas outras. Essas nações foram fundadas por grupos sociais que se achavam, por isso ou por aquilo, à margem dos acontecimentos que então se verificavam na Grã-Bretanha. Nessas sociedades, aliados à abundância de terras e outros recursos naturais, a manutenção dos elementos característicos das sociedades tradicionais foi incontinentemente desestimulados. Assim o vigoroso processo de desenvolvimento incentivou com muita ênfase a transição.

Ao lado desses dois casos, existe ainda uma tentativa de se enquadrar os diversos países da América Latina. Com algumas restrições, pode-se assegurar que se assemelham ao caso geral. Conquanto, começaram com um modelo de sociedade tradicional, refletido num misto de Europa latina tradicional e culturas indígenas locais. Muito embora, as sociedades latino-americanas apresentem

grandes variedades entre si.

Nessa etapa de transição é destacado que as sociedades predominantemente agrícolas, devem passar para o domínio da grande indústria, das grandes obras de construções, das comunicações inter-oceânicas, do comércio internacional e dos serviços. Aqui se dedica enorme atenção à elevação da taxa de investimento, do estoque de capital per capita, do crescimento populacional, ao avanço da ciência moderno e ao comportamento das pessoas.

Para elevar a taxa de investimento num sistema fechado, alguns homens devem ser capazes de manipular e aplicar sistematicamente a ciência moderna e suas valiosas invenções a fim de reduzir os custos de produção. Outros devem estar preparados para suportar as tensões e os graves riscos da liderança. Outros se preparam para emprestar seus dinheiros a longo prazo, a fim de proporcionar aos homens de empresas inovadoras nos modernos ramos industriais.

Para que a industrialização prossiga e aumente constantemente sua capacidade produtiva e de coerência, além das indústrias é fundamental a contribuição da agricultura e das indústrias extrativas. Conquanto, a modernização necessita de bastante capital produtivo e grande parte dele provém de rápidos aumentos do volume de produção obtidos por uma produtividade sempre crescente na agricultura e nas indústrias extrativas.

Com uma maior oferta de alimentos proporcionada por uma agricultura moderna, será assegurado o sustento das populações citadinas com seu crescimento vertiginoso. Ademais, maiores suprimentos agrícolas servem para reforçar a disponibilidade de moeda

estrangeira para compras de bens de capital no exterior. Com isto garante-se o crescimento do nascente parque industrial.

Nessa fase de transição a agricultura deve também ceder parte substancial de sua renda para o setor moderno. Esta transferência de renda para as mãos dos industriais do setor moderno é uma condição imprescindível para o bom desempenho das atividades produtivas e, dos ganhos de produtividade dos ramos industriais.

Quanto aos investimentos realizados em capital social fixo, observa-se que, os períodos de gestação e de remuneração são bastante longos. Além disso, a sua magnitude é significativamente alta e os lucros oriundos desse investimento retornam muitas vezes à comunidade com um todo e, não diretamente aos homens de empresas que o aplicaram.

Em decorrência do caráter particular da formação do capital social fixo, ou seja, os longos períodos de gestação, o volume e as vias indiretas de remuneração, o papel do governo é de fundamental importância. Assim sendo, no período de transição das condições, o capital social fixo não pode ser formado por meio de um fluxo crescente de lucros reinvestidos provindo de uma base inicialmente diminuta. Uma boa arrancada só será possível com somas de capital inicial bastante considerável. Daí o papel do governo ser decisivo.

Nessas coligações de transição o papel exercido pelas potências estrangeiras tem muita influência nas sociedades tradicionais. O ritmo de modernização das sociedades tradicionais está diretamente vinculado às afrontas à dignidade humana e nacional, provocadas pela intromissão de potências estrangeiras bem mais adiantadas. Diferentes interesses e motivos forjaram nas sociedades

tradicionais a necessidade da formação de um governo nacional forte. Com isto, se prepara para a luta contra os grupos políticos e sociais predominantes na agricultura regional e com forte ligação com a potência colonialista.

Com a definição das coligações na transição, o nascente sentimento poder ser dirigido em várias direções. Este sentimento pode ser aproveitado centrifugamente com o intuito de reparar humilhações sofridas num passado recente. E também, para aproveitar reais oportunidades para o engrandecimento nacional que surjam como possibilidades concretas. Para isto se exigem que o novo estado esteja estabelecido e as atividades econômicas tenham um determinado impulso a fim de tornar o desenvolvimento sistemático.

O sentimento nacionalista pode ser também dirigido de uma forma centrípeta. Com isto se pretende consolidar politicamente a vitória obtida pelo poder nacional contra o poder de bases regionais. Assim as tarefas de modernização econômica, social e política que estavam obstruídas pela antiga estrutura de bases regionais, podem alcançar pela ousadia pleno êxito.

Já estando definitivamente instaurada a nacionalidade em termos modernos, os diferentes elementos da coligação que conduzem a transição, intentam mobilizar o sentimento nacionalista em diversas direções. Os militares, almejam o estrangeiro. Os políticos profissionais, desejam levar à vitória do centro contra o regionalismo. Os intelectuais, para a reforma social, política e jurídica.

Tão logo estejam satisfeitas todas as precondições para o arranco, as sociedades avançam em direção ao arranco propriamente dito. Este, deve ser compreendido como o "intervalo decisivo da

história de uma sociedade em que o desenvolvimento passa a ser sua condição normal. Consideraremos como ela surge, com as lentas mudanças do período das precondições, quando as forças modernizadoras contendem contra os hábitos e instituições, valores e interesses consagrados da sociedade tradicional, conseguindo afinal uma ruptura decisiva, e os juros compostos passam a integrar a estrutura da sociedade". (Rostow, 1978: 52)

Como se sabe coube à Grã-Bretanha, reunir pioneiramente as condições indispensáveis para o primeiro arranco. Este, foi o resultado da convergência de circunstâncias diversas e assaz independentes. Configurou-se num autêntico lance de sorte estatístico. Contudo, o descobrimento de regiões novas e o desenvolvimento dos conhecimentos e atitudes científicos modernos foram de fundamental importância.

Com o descobrimento de novas terras uma série de acontecimentos felizes, contribuiu em muito para que as diversas sociedades da Europa pudessem reunir as condições para o arranco. Inicialmente, ocorreu a expansão do comércio de artigos novos e de grande procura, como por exemplo, alimentos, produtos têxteis e, até mesmo matéria-primas desconhecidas como os novos corantes.

Com o surpreendente surto do comércio, ocorreu o da navegação de além mar. E talvez o mais importante, o surgimento das modernas instituições creditícias e comerciais. Aliás, houve um surto de homens dedicados ao comércio, homens interessados nos meticulosos cálculos de lucros e perdas, homens de largos horizontes, cujas atitudes se transmitiram de várias maneiras por todas as suas sociedades.

Na análise minuciosa do arranco, como etapa linear deci-

siva para o desenvolvimento sistemático da sociedade, é imprescindível pesquisar os fatores originários. O arranco está diretamente vinculado a um bem determinado estímulo. Pode ele revestir a forma de uma revolução social e dos valores reais, o caráter das instituições econômicas, a distribuição da renda, etc.. Pode também originar-se de uma inovação tecnológica, a qual impulsiona uma cadeia de expansão em outros setores modernos. Decorre igualmente de desafio apresentado pela mudança desfavorável no cenário mundial.

A forma de estímulo é de fundamental importância, contudo, o fato de o progresso anterior da sociedade e de sua economia ter-se convertido numa reação positiva capaz de fortalecer-se a si mesma tem também relevância. Com isto, se obtém não uma única modificação das funções de produção, nem do volume de investimentos, mas uma percentagem maior de inovações potenciais que são aceitas num fluxo mais ou menos regular e uma taxa de investimentos maior.

Nessa etapa, é importante que o investimento líquido em relação à renda nacional supere em definitivo o provável crescimento populacional. Ocasionalmente assim, uma nítida ascensão do produto real per capita. Para o consumo per capita, haverá a dependência do padrão de distribuição da renda e da pressão demográfica, da magnitude, da natureza e da produtividade do próprio investimento.

No entanto, para caracterizar corretamente o arranco, exige-se que três condições inter-relacionadas se realizem simultaneamente:

- " 1 - Um aumento da taxa de investimento produtivo, digamos 5% ou menos para mais de 10% da renda nacio-

nal (ou produto nacional líquido — PNL)

- 2 - O desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros básicos com elevado índice de crescimento;
- 3 - A existência ou a rápida eclosão de arcabouço político, social e institucional que aproveite os impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos potenciais das economias externas do arranco e imprima ao desenvolvimento uma caráter constante".
(Rostow, 1978: 56)

Ao tentar caracterizar de forma a mais precisa possível e a etapa do arranco, é de bom alvitre o conhecimento de um conjunto de dados econométricos confiáveis sobre a renda nacional, a poupança nacional agregada, etc., ou seja:

- " a) Economias de pré-arranco, em que as taxas aparentes de poupança e investimento, incluindo limitadas importações de capital líquido, subiram a mais de 5% do produto nacional líquido;
- b) Economias que tentam arrancar, onde as taxas de poupança e investimento, inclusive importações restritas de capital líquida, subiram a mais de 5% do produto nacional líquido;
- c) Economias "císticas" abrangendo.
 - 1) Casos em que as taxas aparentes de poupança e investimento, incluindo substanciais importações de capital líquido, atingiram 10% ou mais, mas que as condições internas para o crescimento regular não foram ainda alcançadas. Estas economias, associadas a grandes indústrias de exportações,

carecem da terceira condição para o arranco sugerido acima;

- 2) Casos em que as exportações de capital líquido são grandes". (Rostow, 1978: 61/62/63)

É de fundamental importância o conhecimento da estrutura interna do arranco. Porque, mesmo apreciando o arranco macroeconômicos, tal método de abordagem não nos esclarece o que de fato sucede. Tampouco é conclusivo o critério da taxa de investimento, sob o ponto de vista da procura e da oferta, mas também a enorme influência exercida pelos setores fabris de crescimento rápido e seus impulsos primários e secundários ao desenvolvimento econômico.

Assim sendo, é necessário conhecer-se com clareza a origem dos recursos financeiros disponíveis que sejam plenamente capazes de assegurar a arrancada. Genericamente, os fundos que garantem o arranco provieram de duas espécies de fontes: de deslocamentos do controle dos fluxos de renda, incluindo variações da distribuição desta e de importações de capital; e do reinvestimento dos lucros em determinados setores de crescimento rápido.

Ainda se faz necessário uma cuidadosa análise do papel do Estado através de suas várias políticas econômicas, ao papel da inflação e a transferência de renda como vetores eficientes no provisionamento de capitais para investimentos requeridos. Desta forma os acréscimos nos artifícios confiscatórios e de tributação, que podem atuar eficazmente quando o Estado está gastando mais produtivamente do que os indivíduos sobre os quais recaem os impostos.

Quanto à inflação reconhece-se que sua atuação foi importante para assegurar diversos arrancos. Conquanto, não há

dúvida que a formação de capital foi enormemente auxiliada pela inflação dos preços. Esta transferência permitiu que consideráveis somas de recursos fluíssem do consumo para os lucros. Propriamente desta forma arrancada com bastante êxito.

Como se sabe, a necessária transferência para mãos produtivas, não resta dúvida, foi auxiliada através da história, não só pelo governo por meio de medidas fiscais, mas também por bancos e mercados de capitais. Sem nenhuma exceção, os períodos de arranco foram marcados pela ampliação das instituições bancárias e creditícias que expandiram a oferta de capital de giro. Concomitantemente, ocorreu uma vigorosa expansão no sentido do financiamento a longo prazo. Obviamente, esta expansão foi comandada por um mercado central de capital organizado pelo governo.

Para surgimento e a consecução do arranco as sociedades necessitam de grupos com capacidade de iniciativa. O qual, esteja preparado para aceitar os desafios e inovações características da transição. Este grupo impelido por determinada motivação humana tem de aperceber-se que é útil realizar pesados investimentos de capital. Ademais, devem agir a fim de ser bem sucedidos, com uma certa racionalidade ao escolher as direções em que lançar suas iniciativas. Não será necessário produzir apenas desenvolvimento, mas que este desenvolvimento seja o mais possível equilibrado. Não é conveniente afirmar que visam maximizar os lucros com exclusividade, pois, isto nem sempre coincide com os critérios de uma taxa e padrão ótimos de desenvolvimento nos mais variados setores da atividade econômica.

Como já foi dito anteriormente, o impulso para o desenvolvimento global de uma sociedade ou economia, deve ser encarado

como reais consequências do desenvolvimento dos setores líderes do arranco. Estes, quase sempre estão atrelados aos fatores globais da procura e da variação dos fatores da oferta. Assim sendo, distingue-se os setores líderes nas seguintes categorias:

- "1 - Setores de desenvolvimento primário, em que as possibilidades de inovação, ou de aproveitamento de recursos que há pouco se tornaram lucrativos, ou que até então permaneciam inexplorados, ocasionam um elevado índice de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, desencadeiam forças expansionistas em outras áreas da economia;
- 2 - Setores de desenvolvimento suplementar, em que ocorre progresso rápido como resposta direta a — ou exigência de — um progresso nos setores de desenvolvimento primário; como por exemplo, carvão, ferro e engenharia em função das estradas de ferro. Esses setores tinham de ser rastreados até fases muito anteriores da economia;
- 3 - Setores de desenvolvimento derivado, em que o progresso se dá numa relação razoavelmente constante com o crescimento da renda total, população, produção industrial ou outra qualquer variável global, de crescimento modesto, a produção de alimentos em relação à população e a disponibilidade de habitação em relação à formação da família são relações derivadas clássicas dessa espécie". (Rostow, 1978: 71)

Assim sendo, mesmo numa economia madura e em franco processo de desenvolvimento, em qualquer etapa de sua transição, o impulso progressista e sustentado, aparece como feliz resultado da rápida expansão de um número reduzido de setores primários, cuja ampliação tem notáveis secundários. Em consequência, o comportamento desses setores líderes durante o arranco nada mais é do que uma versão especial do processo de desenvolvimento em geral.

Assim procedendo, estará garantido à sociedade no desenvolvimento a longo prazo, a geração de grandes quantias de capital para a depreciação e manutenção para a habitação e como também para uma complementação equilibrada dos serviços públicos. Coadjuvados ainda por uma grande aceleração do crescimento, tendo como suporte novas funções de produção. Desta forma, se mantém uma baixa razão capital-produto marginal agregada.

No processo de desenvolvimento, a implantação das modernas ferrovias em muito impulsionou a economia como um todo. Com a construção de ferrovias os custos de transportes internos diminuíram sensivelmente. Trouxe novas áreas e novos produtos para os mercados comerciais então emergentes. Enfim, efetivou a função smithiana de ampliação dos mercados. E, propiciou um requisito prévio para a criação de um novo e importante setor de exportação de crescimento rápido. Ademais, a construção das ferrovias impulsionou sobremaneira o surgimento de indústrias carboníferas, siderúrgicas e de engenharia pesada.

Quatro fatores básicos devem ser destacados sobre os setores da sociedade ou economia:

"1 - Deve haver aumento da procura real de produto ou produtos dos setores que oferecem base para um

rápido índice de aumento do volume da produção. Historicamente, isso tem sido inicialmente pela transferência de renda do consumo ou entesouramento para o investimento produtivo; por importações de capital; por um incremento brusco da produtividade dos investimentos correntes dando lugar a um aumento da renda real do consumidor gasta em produtos nacionais; ou por uma combinação desses processos;

- 2 - Deve haver uma introdução, nesses setores, de novas funções de produção, assim como um alargamento de sua capacidade;
- 3 - A sociedade deve ser capaz de produzir o capital inicialmente imprescindível para servir de estopim do arranco nesses setores líderes; especialmente, deve haver um alto índice de reinvestimentos pelos dirigentes (particulares ou oficiais) que controlam a capacidade e a técnica desses setores de desenvolvimento suplementar que são por ele estimulados a se expandirem;
- 4 - Finalmente, o setor (ou setores) líder(es) deve(m) ser de tal natureza que sua expansão e transformação técnica induzam a uma cadeia de exigências de aumento da capacidade e da potencialidade para as novas funções de produção em outros setores, às quais a sociedade de fato atende progressivamente".
(Rostow, 1978: 77)

Os efeitos benéficos do arranco não se verificam exclusivamente nos fatores econômicos, estendem-se também aos fatores não-econômicos. Conquanto, geralmente na transição o arranco assiste a um marcado triunfo social, político e cultural definitivo daqueles que desejam modernizar a economia sobre os que preferiram apegar-se à sociedade tradicional ou visar outras metas. A vitória pode assumir formas de acomodação mútua, o que significa a não destruição dos grupos tradicionais pelos grupos modernistas. Em resumo, a manutenção do impulso durante uma geração persuade a sociedade a encontrar todos os esforços para estender os avanços da moderna tecnologia a outros setores que tenham sido relegados ou esquecidos durante o arranco.

Na sequência de etapas lineares aqui utilizada, "Após o arranco, segue-se o que podemos chamar de marcha para a maturidade. São muitos os modos por que podemos definir a maturidade econômica: para as presentes finalidades, contudo, definimo-la como período em que a sociedade aplicou eficazmente todos os recursos da tecnologia moderna (da época) ao grosso de seus recursos". (Rostow, 1978: 79)

Em se tratando de desenvolvimento setorial, a marcha para a maturidade assiste o processo de desenvolvimento industrial bastante diferenciado, com novos setores líderes reunindo impulsão para ultrapassar os do arranco. Conquanto, os antigos líderes vinham sofrendo um processo de desaceleração que retardava cada vez mais o ritmo da expansão. Agora são o aço, os modernos navios, os produtos químicos, a eletricidade e os produtos da atual máquina-ferramenta que passam a dominar a economia e a sustentar a taxa global de desenvolvimento.

É importante a análise minuciosa do conhecimento sistemático da dinâmica dos padrões setoriais da marcha para a maturidade. Evidentemente, que essa etapa foi cronologicamente diferente para os diversos países. No caso da Grã-Bretanha, a marcha para a maturidade consistiu no aproveitamento integral das inovações tecnológicas que tiveram uma ampla impulsão a partir de 1815, como também nos grandes surtos ferroviários das décadas de 1830 e 1840. Com isto as indústrias britânicas carboníferas, siderúrgicas e de engenharia pesada atingiram a plena maturidade ainda no século dezanove.

Nos meados do século dezanove a Grã-Bretanha, pioneiramente, já havia dominado e estendido a praticamente toda a sua variedade de recursos tudo aquilo que a ciência e a técnica de então podiam oferecer. Essa economia soube combinar o equilíbrio entre população e os meios que ela se dispunha de forma a mais racional possível. Outras nações em épocas diversas já exibiam um certo progresso ainda nos meados do século dezanove. Os Estados Unidos, apresentavam sua virtuosidade com máquinas destinadas a poupar trabalho, enquanto, a Alemanha dava mostras de sua potencialidade em produtos químicos.

Alguns outros países conseguiram atingir a maturidade ainda no século dezanove, como por exemplo, a Suécia, o Japão e a Rússia. A essência da transição da economia sueca foi a aplicação sistemática aos recursos naturais dos melhores métodos que a tecnologia moderna estava apta a oferecer. Para a economia japonesa nas décadas de 1880 e 1890 uma série de novas indústrias foi estabelecida. No início graças ao apoio da iniciativa oficial, mas gradativamente foi sendo entregues à empresa privada, à medida que novos

homens apareciam para assumir as grandes responsabilidades e os enormes riscos da administração e da propriedade. Para a economia russa, o carvão, o ferro, a engenharia, a moderna indústria têxtil e a indústria petrolífera, etc., cresceram para fazer frente à maior procura do mercado interno em franca expansão.

O corolário imediato da marcha para a maturidade é uma expressiva elevação nos níveis da renda e do consumo per capita. Muito embora a renda e o consumo venha a elevar-se durante a marcha para a maturidade, não há como fixar uma correspondência entre esta maturidade tecnológica e quaisquer níveis de renda e de consumo. O comportamento destas variáveis a partir do arranco, estará na dependência do equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis da sociedade, como também de sua política de distribuição de renda.

Quanto à perspectiva da marcha para a maturidade, garante-se que nessa etapa, o objetivo é conduzir o processo de modernização à sua conclusão lógica. Para que isto seja possível três aspectos devem ser concretizados. Em primeiro lugar, as modificações ocorridas na força do trabalho. Alteraram-se sua composição, seu salário real e suas diversas aptidões. Na sociedade tradicional, talvez 75% da força de trabalho estão na agricultura, vivendo com um salário real baixo, ou mesmo de subsistência. No fim do arranco, este número se aproxima de 40% e, ao chegar à maturidade pode ter este número caído para algo em torno de 20%. Todavia, maturidade não significa tão somente crescimento da população urbana, mas concomitantemente, expressivo aumento do número de empregados de escritório e operários semi-especializados, ao lado de técnicos e profissionais altamente adestrados.

Em segundo lugar, o caráter das lideranças se modifica nessa fase de transição. Isto envolve desde os dirigentes de importantes setores industriais, como por exemplo, do algodão, das estradas de ferro, do carvão, do petróleo, etc., até o eficiente administrador profissional de uma máquina altamente complexa e diferenciada. Assim sendo, o espírito de modernização vai contaminando tudo e a todos, refletindo a ocorrência da transição da sociedade tradicional para a moderna sociedade capitalista.

Em terceiro lugar, diretamente relacionada com as duas modificações anteriores, mas ultrapassando-as em muito, a sociedade como um todo, vai se tornando um tanto quanto enfastiada com os resultados da industrialização progressiva e abrangente. Nessa etapa pensamentos até então ocultos começam a aflorar em todas as esferas da sociedade, colocando em dúvidas alguns dos mais preciosos postulados das civilizações do planeta.

Como etapa final de coroamento de uma feliz sucessão, partindo da sociedade tradicional até se atingir a modernização, as sociedades atingirão a era do consumo em massa. Aqui nessa etapa de transição, "Num sentido bastante técnico, a balança da atenção da sociedade, quando foi-se acercando e depois ultrapassou a maturidade, pendeu da oferta para a procura, dos problemas de produção para os de consumo e para os de bem-estar, na mais ampla acepção". (Rostow: 1978: 96)

Nessa etapa com nítidas características da pós-maturidade, são três os objetivos principais, ou melhor, três direções em que o bem-estar, tem disputado os recursos e o apoio político. Em primeiro lugar, existe a busca da nação pelo poder e influência no exterior, sendo isto materializado pela aplicação de recursos cada

vez mais significativos à política militar e externa.

Em segundo lugar, existe a efetiva utilização dos recursos de uma economia amadurecida para o que se pode chamar de Estado Bem-Estar. Significa isto, "o emprego dos poderes do Estado, inclusive o de redistribuir a renda por meio de impostos progressivos, para alcançar objetivos humanos e sociais (abrangendo, nisso, o lazer crescente) que o processo de mercado livre, em sua forma menos adulterada, não conseguiu. Durante o arranco e a marcha para a maturidade, o credo individualista utilitário que não levaram à maximização do volume da produção foram, relativamente, suprimidos, variando o grau desta supressão de uma sociedade pra outra. ... e, dum modo geral, abrandar a aspereza de uma sociedade até então voltada para obter o máximo de produção industrial e a difusão da tecnologia moderna". (Rostow, 1978: 96/97)

Em terceiro lugar, em decorrência da efetivação da maturidade, ocorreu a expansão dos níveis de consumo para além das necessidades fundamentais de alimentação, habitação, etc.. Agora se exige melhores alimentos, casas, roupas, etc.. Mas também o consumo em massa de bens duráveis e serviços que as economias amadurecidas estão aptas a fornecer em grandes quantidades e excelentes qualidades.

Como resultado da maturidade tecnológica, cada sociedade, pôde criar a possibilidade e a necessidade de escolher dentre os objetivos acima citados, a fim de chegar a um equilíbrio exclusivamente próprio. Essa exclusividade, foi conseguida em função de condições próprias anteriormente existentes, como por exemplo, pela geografia, pelo grau cultural e pela direção política dominante nos diversos intervalos após atingida a maturidade.

Nessa etapa da transição os setores líderes vêm a ser outros diferentes. Aqui os novos setores líderes são o automóvel, a construção de rodovias, bens industriais e serviços baseados no consumo em massa. Com isto está garantido a capacidade das indústrias de bens de consumo e das que as suprem de matérias-primas a operarem muito próximo de suas efetivas potencialidades físicas.

Para além do consumo em massa, "Podemos confiar, contudo, que até o ponto em que a soberania do consumidor for respeitada e as rendas reais aumentarem, veremos elasticidade-renda de procura semelhantes — porém não idênticas — e, por conseguinte configurações semelhantes de evolução estrutural nas diferentes sociedades, à proporção que elas atravessem a fase de consumo em massa". (Rostow, 1978: 113)

Para a análise transicional o desenvolvimento é algo perfeitamente alcançável por todos os povos e países. O diferencial em termos econômicos e sociais entre os diversos países, povos e regiões, reduz-se tão somente a uma questão de tempo. Não restando nenhuma dúvida que quem estiver atrasado em relação aos desenvolvidos, atingirão plenamente a condição de desenvolvido num futuro próximo. Em síntese, a tão almejada era do consumo em massa, como etapa final do desenvolvimento será realizada por todos os países e povos.

Contudo, aqueles primeiros países que atingirem essa etapa, além de começarem a desfrutar as benesses advindas dessa nova situação, aguardarão placidamente que todos os outros atinjam esta etapa final. Dessa forma, todos os países e povos, entrarão no autêntico nirvana terrestre, ou seja, a era do consumo em massa. Assim sendo, estará eliminado para sempre os diferenciais econômi-

cos e sociais entre países e povos do mundo inteiro. E, então, estaremos, "no melhor possível dos possíveis mundos".

Muito embora o agradável efeito dessa tese, a prática vivenciada por povos e países nos quatro quadrantes do planeta, confirma uma tendência em direção oposta. Ou melhor, está cada vez mais difícil para os países e povos subdesenvolvidos removerem os obstáculos para que possam, avançar na direção do desenvolvimento que vivem os povos e países desenvolvidos. A transição da condição de subdesenvolvido para a condição de desenvolvido, ou de outra forma, a modernização das sociedades tradicionais, está cada vez mais distante.

Conquanto, é fato público e notório que o diferencial em termos econômicos e sociais existentes entre países e povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, têm se ampliado enormemente nos últimos tempos. Daí se pode concluir que não há nenhuma evidência empírica, analítica ou científica que garanta a diminuição desse incômodo diferencial num futuro próximo dentre o estreito caráter das relações capitalistas a nível internacional.

A discrepância entre as teses do professor Rostow e a realidade dos países e povos nos dias fluentes, se deve ao fato de que, "Às etapas de Rostow não se pode emprestar mais que um alcance descritivo, porquanto a sua base analítica é precária. Pretende ele que este esquema faseológico "tem raízes num certo número de proposições dinâmicas sobre a oferta, a procura e a forma de produção", isto é, "numa teoria dinâmica da produção". Seria essa, entretanto, uma teoria demasiadamente simples que se limita a constatar que existe uma senda única para o desenvolvimento da produção, determinada pelo progresso técnico e as elasticidades da

procura. Em torno dessa senda ideal, cada sociedade edificaria a história de seu próprio desenvolvimento. Demais, essa teoria da produção não nos explica a passagem das formas de produção tradicionais às formas de produção tradicionais às formas industriais". (Furtado, 1987: 143/144)

Na análise transicional, a evolução socio-econômica de qualquer país do planeta, é possível, contudo, é obrigatório a ultrapassagem de um conjunto de cinco etapas. De maneira que, "Estas divisões podem ser cômodas. Mas seria necessário muito boa vontade para encontrar aí nem que fosse um início de explicação da evolução econômica e social do mundo real no decurso dos últimos séculos. Contudo, se Rostow insiste tanto nas suas cinco fases, é com o fito de nos fazer admitir que a história social é sempre a mesma em todas as partes do Mundo, que a situação atual se explica simplesmente pelos defasamentos cronológicos, atrasos de certas regiões em relação a outras, mas que estes serão necessariamente vencidos desde que se tenha paciência". (Denis, 1987: 741)

Ademais, as teses da análise transicional "parece-nos conter uma mistificação fundamental no ponto em que nega, deliberadamente, que o avanço de uns e o atraso de outros possam ser fenômenos complementares cuja própria oposição constitui o traço fundamental de um período histórico. Numa palavra, a teoria das cinco fases parece-nos ser uma tentativa nova com vista a negar a realidade da política imperialista das nações ocidentais adiantadas e a dissimular as consequências dasastrosas dessa política". (Denis, 1987: 741)

Mesmo com muita boa vontade para acreditar que todos os países e povos terão sua "via crucis" consubstanciada na monótona

sequência de cinco etapas, como nos quer fazer crer o Professor Rostow, suas explicações para problemas tão complexos, deixam muito a desejar. Não está claro como se processa a transição de uma etapa para outra. Conquanto, "A baixa capacidade explicativa provém não só do fato de que passam por cima do papel dos outros aspectos do subdesenvolvimento, e portanto não abragem o conjunto do processo em toda sua riqueza e multidimensionalidade, mas também o fato de tratar-se de uma teoria elaborada partindo da realidade concreta de certos países (paradoxalmente, os já envolvidos), e pretende-se depois transplantar essa teoria à problemática dos subdesenvolvidos. As explicações desse tipo, baseadas no esquema "sequência de etapas", são no fundo apenas descritivas sem potencialidades para explicar realmente a passagem de uma etapa a outra e muito menos de previsão das futuras. Não só é contestado o duvidoso poder explicativo de tais esquemas teóricos, suplantados por meras descrições empiricistas, mas também a tentativa de fazer do subdesenvolvimento uma fase comum de todas as economias. E finalmente, a prática não tem confirmado a validade dessas teorias". (Pakman, 1988: 55)

Enfim, a prática vivenciada por países e povos no mundo inteiro, sobretudo, em relação aos subdesenvolvidos, não confirma as teses da análise transicional. A qual, garante que o hiato entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos tende a diminuir. A tendência que se verifica é exatamente, a oposta, ou seja, o hiato entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos tem aumento ao longo dos tempos. Aliás, "No começo dos anos 80, a renda per capita de alguns países do Terceiro Mundo era onze vezes menor do que a dos países industrializados. Essa distância se amplia cada vez mais". (Gorbachev, 1990: 201).

CAPÍTULO 4 - As idéias gerais cepalinas e suas frustrações

"No domínio da filosofia econômica e política, raros são os homens de mais de vinte e cinco ou trinta anos que são influenciados por teorias novas, de modo que as idéias que os funcionários públicos, os políticos e mesmo os agitadores aplicam aos acontecimentos atuais têm pouca probabilidade de ser as mais recentes. Porém, cedo ou tarde, são as idéias, e não os interesses escusos, que representam um perigo, seja para o bem ou para o mal".

John Maynard Keynes

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), elaborou e trouxe ao conhecimento público, uma bem sistematizada concepção sobre o complexo fenômeno do desenvolvimento-subdesenvolvimento. O objetivo dessa concepção é intervir e interpretar dentro de uma perspectiva alvissareira a questão do desenvolvimento econômico nessa região. Com os elementos de análise econômica que dispõe "Essa concepção sustenta que a economia mundial está composta por dois polos, o centro e a periferia, cujas estruturas produtivas diferem de um modo substancial". (Rodriguez, 981:233).

Nessa concepção o desenvolvimento capitalista é tomado como referência. Conquanto, "a CEPAL pressupunha que essa forma de organização econômica traria benefícios sociais gerais, não apenas para a burguesia industrial, que era uma parcela reduzida da população, como também para as demais classes e grupos sociais (trabalhadores, classe média, etc.), que se constituíam no grosso da nação". (Mantega, 1987: 42)

Além disso, "para a CEPAL, se havia responsáveis pela miséria e pelo atraso das populações periféricas, deveriam ser localizados nos latifúndios feudais ou arcaicos, ou em quaisquer outras atividades pré-capitalistas associadas com o imperialismo comercial. O subdesenvolvimento nada mais é, portanto, do que a ausência de capitalismo e não o seu resultado". (Mantega, 1987: 42)

Segundo esta concepção o subdesenvolvimento é redefinido em termos de intercâmbio com o mercado internacional. À medida que os países subdesenvolvidos conseguissem obter excelentes resultados com o comércio exterior e, para isto, exige-se a colaboração dos países desenvolvidos, o subdesenvolvimento seria gradativamente superado. Assim sendo, no comércio exterior, ou melhor, na exportação de produtos primários, os países subdesenvolvidos reuniriam grandes somas de moeda forte, as quais, serviriam para bancar a crescente necessidade de importação de produtos industrializados dos países desenvolvidos. Desta forma, garante-se o processo de desenvolvimento interno e, como também, uma confortável reserva cambial.

O intercâmbio com o exterior tende a se gravar à medida que a industrialização periférica aumenta e também com a necessidade por mais importações. Assim, a dificuldade nos termos

de troca internacional e nos padrões de consumo se constitui em obstáculos que devem ser removidos. Em decorrência, as economias latino-americanas enfrentam problemas estruturais e não resultantes de fatores circunstanciais como advogam as premissas transicionais. Assim, os problemas estruturais da industrialização latino-americana são, "impressões de uma crise no sistema existente, das incapacidades do sistema econômico em atingir um ritmo de desenvolvimento". (Prebisch, 1964: 11)

Para a remoção desses obstáculos, as idéias cepalinas preconizam a implementação de um sistema econômico com muitas semelhanças com as sociedades altamente industrializadas. Como alternativa para que os países subdesenvolvidos possam atingir a condição de desenvolvidos, necessário se faz uma ação racional por parte do estado.

Ao conceituar com rigorosa precisão sistemática o significado de desenvolvimento econômico, as diretrizes gerais da escola cepalina, vincula este ao aumento do bem estar material. Tendo como substrato normal a elevação da renda real por habitante, na perspectiva do crescimento da produtividade média do trabalho. Para a escola cepalina está explícito que, "o desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem estar material normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho. Considera-se que esse crescimento depende da adoção de métodos de produção indiretos cujo uso implica o aumento da dotação de capital por homem ocupado. A maior densidade de capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que leva efeito a acumulação de capital, que é impulsionada pelo progresso técnico, necessária para garantir sua

continuidade". (Rodriguez, 1981: 36)

Com esta conceituação fica explícito a caracterização das idéias da escola cepalina. Estas, "consideradas no nível mais alto de abstração, ... coincidem com as que, em linhas gerais, estão presentes nas teorias de crescimento de origem neoclássica e keynesiana, que o concebem, como um processo de acumulação de capital — estreitamente ligado ao progresso tecnológico — mediante o qual se obtém a elevação gradual da densidade de capital e o aumento de produtividade do trabalho e do nível de vida médio". (Rodriguez, 1981: 36/37)

Mesmo com esta semelhança comum há notáveis avanços a serem destacados nas idéias da escola cepalina, em relação às teorias convencionais de crescimento a longo prazo. Conquanto, "Seria uma grave injustiça, ... circunscrever a teoria da CEPAL aos limites da teoria convencional de extração neoclássica e keynesiana. Ambas advogam, sem dúvida, o desenvolvimento capitalista baseado no progresso técnico e por meio da elevação gradual da densidade do capital e do aumento da produtividade em geral, tudo isso resultando num aumento do nível de renda da maioria da população ou na difusão do progresso material. Além disso, ambas escamoteiam as contradições do capitalismo, os conflitos sociais e a luta de classes em geral. Não obstante, a CEPAL foi muito mais longe do que essas definições genéricas da velha economia política conservadora, ao fornecer um conjunto de hipóteses e idéias bem articuladas concernentes a uma situação específica no contexto capitalista mundial, qual seja, a periferia atrasada ou subdesenvolvida, distinguindo-a dos centros capitalistas desenvolvidos". (mantega, 1987: 44)

Ademais, as idéias da escola cepalina apresentam um avanço indiscutível em relação à teoria convencional de crescimento no tocante à interpretação do problema do subdesenvolvimento. A escola cepalina consegue explicar "o problema do subdesenvolvimento como uma realidade histórica decorrente da propagação da técnica moderna no processo de constituição de uma economia de escala mundial. O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da propagação da revolução industrial. Desta forma, o seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma "fase" do processo de desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuasse conjuntamente certos fatores". (Furta-
do, 1968)

Além disso, "a concepção cepalina apresenta marcadas diferenças com respeito às teorias correntes de crescimento a longo prazo, na medida em que não procura captar o processo de acumulação e de progresso em uma economia tipo capitalista, considerada isoladamente, mas elucidar quais as características que tal processo assume ao se difundirem as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema composto por centros e periferia". (Rodriguez, 1981: 37)

A originalidade e ousadia das idéias da escola cepalina se expressam também no caráter inovador da teoria do subdesenvolvimento. Conquanto, "a CEPAL elaborou uma teoria do subdesenvolvimento, vale dizer, uma teoria que pretendeu dar conta das características ímpares dos países situados na periferia do sistema capitalista, e cuja dinâmica de desenvolvimento deveria ser bastante diversa daquela dos países que formavam o centro

desenvolvido. Em outras palavras, o subdesenvolvimento não equivalia à infância dos países capitalistas pioneiros, ficando, pois, fora de alcance da teoria tradicional". (Mantega, 1987: 44)

Na existência da bipolaridade centro e periferia, está automaticamente explícito o conceito de desenvolvimento desigual na origem do sistema. Como caracterização introdutória considera-se como centros, as economias nas quais penetraram primeiramente as modernas técnicas de produção capitalista. Como se obteve a elevação da produtividade do trabalho, melhores e eficientes formas de administração, aplicação imediata dos avanços da pesquisa tecnológica, etc.. A periferia está constituída pelas economias cuja produtividade do trabalho permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional em sua grande maioria. A exceção fica por conta de alguns setores diretamente vinculados ao comércio exterior.

Todavia, os conceitos de centro e periferia assim caracterizados, por uma simples idéia de diferenciação originária, é bastante reducionista. Assim sendo, é imprescindível ampliar esses conceitos, dessa forma, "entende-se que centros e periferia se constituem historicamente como resultado da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia mundial. Nos centros, os métodos indiretos de produção gerados pelo progresso técnico se difundem em um período de tempo relativamente breve, pela totalidade do aparelho produtivo. Na periferia, parte-se de um atraso inicial e, no transcorrer da fase direta do "desenvolvimento para fora", as técnicas novas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a

coexistir com setores atrasados, no que diz respeito à penetração das novas técnicas e ao nível da produtividade do trabalho". (Rodriguez, 1981: 37)

Na chamada de "desenvolvimento para fora" a atenção deve ser dirigida para duas importantes variáveis: a exportação de produtos primários; e, a importação de bens industrializados. Por que, "É comum acentuar-se o alto peso relativo do setor externo nas economias primário-exportadora dando ênfase ao papel desempenhado por suas duas variáveis básicas: as exportações como variável exógena responsável pela geração de importante parcela da Renda Nacional e pelo crescimento da mesma e as importações como fonte flexível de suprimento dos vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parte apreciável da demanda interna". (Tavares, 1983: 29)

Nessa fase fica por demais evidente que os países da periferia desempenhavam papéis diferentes num quadro de divisão internacional submetido ao processo de desenvolvimento dos países centrais. Assim, "O cerne da problemática do crescimento "para fora" típico de nossas economias está evidentemente vinculado ao quadro de divisão internacional do trabalho que foi imposto pelo próprio processo de desenvolvimento das economias líderes e do qual decorria, para os países da periferia, uma divisão social do trabalho totalmente distinta do centro". (Tavares, 1983: 31)

Deve-se destacar que durante a fase chamada desenvolvimento para fora, o comando dos destinos do processos de crescimento estava situado longe das fronteiras nacionais. Portanto, sabe-se que "As economias periféricas enquanto exportadoras de produtos primários (mais tarde se diria: na etapa do desenvolvimento para

fora) não dispõem, assim, de comando sobre o seu próprio crescimento, que, ao contrário, depende, em última instância, do vigor da demanda cêntrica". (Cardoso de Mello, 1987: 15)

Em decorrência, a estrutura produtiva das economias periféricas, possui características próprias. Apresenta um caráter especializado, pois, a ampliação do setor exportador de produtos primários consegue reter a maior parte dos recursos produtivos. A demanda de bens e serviços amplia-se e se diversifica, sendo atendidos em sua grande por meio de importações. Aliás, esta mesma estrutura é heterogênea, no sentido de que apresenta setores atrasados ao lado de setores de alta produtividade.

Com a industrialização das economias periféricas sob o impulso da grande fase de expansão para fora das economias centrais, as estruturas produtivas das economias periféricas e centrais adquirem características distintas. Nas economias periféricas "Por um lado, destaca-se seu caráter especializado, ou unilateralmente desenvolvido, já que uma parte substancial dos recursos produtivos se destina a sucessivas ampliações do setor exportador de produtos primários, ao passo que a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, é atendida, em grande parte, por meio de importações. Por outro lado, a estrutura mencionada é heterogênea ou parcialmente atrasado, no sentido de que coexistem em seu seio setores em que a produtividade alcança os níveis mais altos do mundo — particularmente o setor exportador — e atividades em que se utilizam tecnologia antiquadas, nas quais a produtividade do trabalho é muito inferior à que se pode encontrar nas atividades similares dos centros. Em contraste com a estrutura produtiva da periferia, especializada e heterogênea, a dos centros se caracteri-

za por ser diversificada e homogênea". (Rodriguez, 1981: 37/38)

Com essa diferenciação estrutural, o centro diversificado e homogêneo e a periferia especializada e heterogênea, restam a essas economias papéis diferentes no que se refere à divisão internacional do trabalho. No conjunto da economia mundial, cabe ao centro a função de produzir e exportar os mais diversificados bens industriais para todo o sistema, enquanto que, sobra para as economias periféricas produzir e exportar produtos primários.

Não obstante, a conotação estática esteja subjacente na caracterização das estruturas produtivas até então definidas, os conceitos de centro e periferia são bem mais amplos e trazem intrinsecamente uma inequívoca conotação dinâmica. Conquanto, "Os postulados relativos a evolução desigual de produtividade e rendas médias constituem a expressão mais direta deste conteúdo dinâmico: considera-se o progresso técnico mais acelerado nos centros do que na periferia; admite-se, que os incrementos da produtividade do trabalho — consequência da incorporação do progresso técnico ao processo produtivo — são mais intensos na indústria do centro do que nos setores primário-exportadores da periferia, fato que, por sua vez, se reflete na disparidade dos ritmos de aumento das respectivas produtividades médias; e, finalmente, aceita-se que a renda real média cresça de forma dispar, a taxa mais elevadas nos países centrais do que nas economias menos desenvolvidas". (Rodriguez, 1981: 38)

A desigualdade entre produtividades e rendas médias existentes nas economias centrais e periféricas, vinculam-se entre si através da deterioração dos termos de intercâmbio. No longo prazo, a deterioração dos termos de intercâmbio apresenta-se como

uma tendência, própria do intercâmbio de bens primários de exportação das economias periféricas por bens industriais exportados pelas economias centrais.

O fenômeno da deterioração dos termos do intercâmbio é de crucial importância. Conquanto, as economias periféricas ao apresentarem modestos índices de produtividade do trabalho e de rendas médias, numa perspectiva a longo prazo isto as coloca numa posição extremamente incômoda. Porque, "Admitindo o pressuposto de que a produtividade industrial aumenta mais do que a do setor primário, a queda da relação entre preços implicará necessariamente que a relação entre as rendas tende a diminuir. E ainda, que as rendas reais médias se diferenciem, ao longo do tempo, com mais intensidade do que as produtividades. Se o mesmo raciocínio é estendido às relações entre periferia e centro, torna-se óbvio que, tendo em vista a hipótese relativa à evolução desigual das produtividades, a tendência à deterioração implicará que as rendas reais médias estejam se diferenciando e, em particular, que a renda média da periferia esteja crescendo a uma taxa menor que a produtividade do trabalho". (Rodriguez, 1981: 39)

Segundo a teoria convencional de comércio exterior, o livre comércio mais a especialização dos diversos países nas atividades naturais de cada um, isto propiciaria a disseminação do progresso técnico e à ampliação dos benefícios do desenvolvimento para todos. Além disso, a lei das vantagens comparativas afirmava que na hipótese dos países atrasados se especializassem em produtos primários, e os avançados em bens industrializados, nas relações comerciais, aqueles acabariam auferindo inúmeras vantagens. A constante elevação da produtividade do trabalho nas economias

industrializadas, levaria à diminuição dos produtos industrializados. Enquanto que, nas economias periféricas com seus notórios problemas de eficiência, os preços dos produtos primários permaneceriam elevados.

Todavia, ao observar as tendências reais dos preços no comércio internacional, "A CEPAL investe contra esses argumentos, sustentando, no final da década de 40, que os países atrasados sofriam inúmeras desvantagens no papel de meros fornecedores de produtos primários para o mercado internacional. Segundo os dois trabalhos angulares do pensamento da CEPAL , o centro desenvolvido não estaria se apropriando dos modestos incrementos de produtividade obtidos nesta última. Com isso, Prebish e a CEPAL inauguravam uma nova interpretação do comércio internacional e do subdesenvolvimento". (Mantega, 1987: 35)

Nas tendências dos preços dos produtos industrializados exportados pelas economias subdesenvolvidas e dos produtos primários exportados pelas economias subdesenvolvidas residia numa flagrante contradição com o que vaticinava a teoria convencional. Pois, "Os produtos industrializados, que são aqueles com respeito aos quais o progresso técnico vem permitindo as grandes economias de escala e cujos preços relativos declinam nos países desenvolvidos, são vendidos aos países subdesenvolvidos a preços reais crescentes. Em outras palavras, os produtos primários, que via de regra não se beneficiam de economias de escala, são vendidos aos países industrializados a preços reais declinantes". (Furtado, 1987: 325)

A dinâmica do comércio internacional tem sido um vetor importante para as economias desenvolvidas concentram os frutos do progresso, a qual se efetiva através da deterioração dos termos de

intercâmbio. Porque, "A dinâmica da economia mundial tende, portanto, a aprofundar o desenvolvimento desigual (cuja expressão imediata é o desnível de produtividade média e de renda entre o centro e periferia), porque o centro é capaz de conservar seus incrementos de produtividade e, ainda, de se apropriar de parte dos resultados do progresso técnico introduzido na periferia. Em outras palavras, há uma tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais, e o mecanismo pelo qual se dá é a deterioração das relações de troca". (Mello, 1987: 16)

As economias dos países subdesenvolvidos sofrem com as modificações ocorridas na procura dos países desenvolvidos. Nessas condições adversas têm que aceitar preços relativos declinantes para seus produtos de exportação. Assim, "Ao modificar-se a orientação da procura nas economias industrializadas, os países subdesenvolvidos, que não estão em condições de criar-se procura recíproca, tenderam a perder terreno no comércio mundial. Essa perda de terreno também se apresenta sob a forma de encarecimento relativo crescente dos produtos que importam. Em seu esforço para reter posições no mercado internacional em condições globais adversas, tenderam a aceitar preços relativos declinantes, conforme se comprova na deterioração prolongada de seus termos de intercâmbio". (Furtado, 1987: 325)

A deterioração dos termos de intercâmbio nas economias subdesenvolvidas resultava da falta de dinamismo de suas estruturas, do pouco desenvolvimento tecnológico e industrial, da falta de integração interna, etc.. Assim, "Para CEPAL os países periféricos da América Latina estavam amarrados pela falta de dinamismo de suas estruturas produtivas, baseadas num punhado de produtos primários,

com pouco desenvolvimento industrial e tecnológico, e teleguiados pelos mercados consumidores dos centros. A falta de integração interna das economias periféricas, com intensa descontinuidade entre regiões mais avançadas e regiões bastante atrasadas, tolhia-lhes a possibilidade de capitalizar e difundir os efeitos propulsores das já modestas melhorias de produtividade, enquanto os centros desenvolvidos, formados por estruturas produtivas mais homogêneas e mais industrializadas, produzindo uma gama diversificada de produtos principalmente para o mercado interno, desfrutavam de todo seu avanço e difusão tecnológica. E o fosso que separava os parceiros ricos dos pobres tendia a se acentuar pois, nas transações comerciais entre ambos, o centro tirava vantagem de sua supremacia sobre a periferia, impondo preços cada vez mais altos aos produtos industrializados que lhes exportava, enquanto importava produtos primários a bon marché. Isso significava que, na relação de intercâmbio entre produtos primários e industrializados, os preços se inclinavam sempre em favor destes últimos, provocando a famosa deterioração dos termos de intercâmbio da periferia". (Mantega, 1987: 36)

Outro fato notável para as economias periféricas é a evolução do comportamento das importações e das exportações. Conquanto, "as importações acompanharam a evolução estrutural, mas não as exportações: o Brasil dos anos sessenta, com seu considerável parque industrial, apresentava uma pauta de exportação similar à do Brasil do começo do século, mera constelação de explorações agrícolas". (Furtado, 1975: 177). Isto demonstra que a economia brasileira ainda estava muito distante do dinamismo que reinava nas economias desenvolvidas.

A tendência da deterioração dos termos de intercâmbio é importante pela sua influência sobre os preços dos produtos transicionados no mercado internacional. Ao se admitir que a produtividade industrial aumenta mais do que o setor primário, a queda da relação entre os preços implicará numa redução da relação entre as rendas. Com a evolução desigual das produtividades haverá uma diferenciação das rendas médias.

A descoberta das causas da deterioração dos termos de intercâmbio, é de fundamental importância para a percepção do fenômeno do subdesenvolvimento econômico. Já se sabe que o desenvolvimento econômico é a crescente elevação do produto por homem ocupado, como resultado do processo de acumulação e do progresso técnico. Além disso, para que se alcance sempre maiores níveis de produtividade e renda, é necessário uma profunda transformação da estrutura setorial da produção e do emprego.

Contudo, ao se elevarem os níveis de produtividade e renda, a demanda além de crescer também se diversifica. O persistente aumento da produtividade consegue atender as demandas crescentes através de uma mudança na composição setorial do emprego. Assim, a produção e emprego devem crescer com maior intensidade nos setores secundário e terciário do que no setor primário.

Nesta perspectiva é imprescindível o conhecimento da composição setorial da produção e emprego na economia mundial. Na produção primária periférica deve surgir uma tendência a se gerar um excesso de mão-de-obra, pois, o crescimento da indústria do centro é relativamente lento e muito rara a mobilidade da força de trabalho. De forma genérica, a necessidade de emprego aumenta num ritmo inferior à oferta de mão-de-obra. Esta, tem origem no

crescimento vegetativo da população e nos constantes deslocamentos produzidos pela introdução de técnicas novas nos setores modernos do sistema produtivo.

Portanto, o excedente de mão-de-obra nas economias periféricas tem profundo reflexo nos termos de intercâmbios e nos salários pagos. Esse excedente exerce uma pressão constante sobre os salários, sobre os preços dessa produção. Dessa forma, fica por demais evidente que esse excedente de mão-de-obra nas economias periféricas pressiona os salários pagos para baixo, arrastando consigo os preços da produção primária-exportadora das economias subdesenvolvidas.

A tendência à deterioração dos termos de intercâmbio, resulta das flutuações cíclicas características do capitalismo internacional. Essas flutuações provocam os mais variados desequilíbrios na economia mundial. Nos períodos de auge, os preços dos produtos primários aumentam mais do que os preços dos bens industriais, todavia, baixam mais nos períodos de declínio. Assim sendo, os preços dos produtos de exportação da periferia perdem, durante os períodos de contração, muito mais do que haviam ganho nos períodos de auge. Portanto, as variações conjunturais do sistema capitalista provocam a tendência à deterioração a longo prazo dos termos de intercâmbio.

No tocante aos trabalhadores e empresários os comportamentos apresentados são bastante diferentes, quer seja nas economias centrais, quer seja nas economias periféricas. Os trabalhadores das economias centrais reúnem forças suficiente para conseguir aumentos salariais ou mesmo para evitar a sua compressão. Isto advém de sua maior escassez relativa e de sua melhor organização

sindical. Os empresários das economias centrais têm diversos recursos pra a garantia de seus lucros. Estes empresários atuam de forma mais concentrada, apresentam melhores condições de reivindicações, por que, realizam as etapas finais da cadeia do processo produtivo.

Dentro desse quadro de constante deterioração dos termos de intercâmbio e levando-se em conta as premissas da teoria convencional sobre o papel das forças do mercado, o desenvolvimento das economias periféricas fica cada vez mais distante. Assim sendo, "a CEPAL concluiu que as economias periféricas, se deixadas ao sabor das livres forças de mercado, nunca sairão do atoleiro do subdesenvolvimento, permanecendo essencialmente agrárias, voltadas para o mercado externo, com baixo nível de integração e de expansão industrial, com altas margens de desemprego, com problemas crescentes de balanço de pagamentos (uma vez que o grosso da demanda de bens industriais precisa ser atendido com importações cada vez mais caras) e, finalmente, com a transferência para o exterior dos incrementos de produtividade". (Mantega, 1987: 38/39)

Normalmente, afirma-se que o conceito de centro e periferia é bastante diferente do conceito de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Ao primeiro, entende-se como alusivo à estrutura do comércio internacional, objetivado pelo permanente intercâmbio de produtos industriais por matérias-primas. Ao passo que, o segundo, está relacionado diretamente com as grandes diferenças nas respectivas estruturas econômicas entre países e povos avançados e atrasados.

Contudo, "Essa apreciação dos conceitos de centro e periferia é, sem dúvida, unilateral, já que, como se pode ver, há

entre eles uma diferenciação de funções no contexto da economia mundial, que se expressa primordialmente na característica de intercâmbio comercial à qual se acaba de fazer referência. Porém, nesta diferenciação de funções subjaz uma diversificada e homogênea, ao passo, que, na periferia, é especializada e heterogênea. Os conceitos de centro e periferia têm portanto, um conteúdo estático muito similar ao dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois, assinalam a desigualdade das estruturas produtivas entre países avançados e atrasados". (Rodriguez, 1981: 42)

Todavia, esses conceitos apresentam uma clara conotação dinâmica, materializado nos diferentes ritmos de aumento da produtividade média do trabalho da economia mundial. Assim, "Não é difícil perceber que nesta diferenciação, subjaz a desigualdade entre estruturas produtivas, pois o atraso relativo de sua própria estrutura impede a periferia de gerar progresso técnico e incorporá-lo ao processo de produção similar à dos centros. Além disso, acaba-se de assinalar que é essa desigualdade que explica, em última instância, a deterioração dos termos intercâmbio, e que este fenômeno, unido à diferenciação entre as produtividades, faz com que as rendas médias também se diferenciem. Pense, também, que esta diferença não permite à periferia alcançar níveis de poupança e taxas de acumulação tão elevados como nos centros, e que isto, por sua vez, limita as possibilidades de eliminar ou reduzir o atraso estrutural que está na base da diferenciação entre as rendas e as produtividades dos centros e periferia". (Rodriguez, 1981: 42)

Desta forma, fica por demais evidenciado que nos dois polos do sistema centro-periferia há uma forte tendência à desigualdade e, que esta é característica de sua própria dinâmica

interna. Afinal, garante-se que se por um lado, há desigualdade estrutural e, por outro lado, há diferenciação entre as produtividades e rendas médias, estas, interagem uma sobre a outra e, com isto, revitalizam-se reciprocamente dentro da economia mundial.

Assim esta dupla desigualdade, produtividade e renda, é considerada característica da fase de "desenvolvimento para fora". Este tipo de desenvolvimento foi, durante muitos anos, um poderoso vetor do progresso e do desenvolvimento econômico. Ainda segundo a concepção em estudo, tais tendências continuam inerentes à dinâmica do sistema. Mesmo durante a fase em que a industrialização torna-se o eixo de simetria do processo de desenvolvimento, não obstante, as significativas transformações estruturais ocorridas nas economias periféricas.

O modelo de desenvolvimento baseado na ampliação das exportações cumpriu seu papel histórico, mas dialeticamente diversos acontecimentos contribuíram para a superação. Na concepção do sistema centro-periferia, a industrialização é considerada um fato real, um fenômeno espontâneo. Com isto, surge uma mudança no modelo de desenvolvimento para fora, baseado na expansão das exportações, em desenvolvimento para dentro, baseado na ampliação da produção industrial interna. Esse fenômeno está vinculado a transformações verificadas na economia internacional.

As transformações na economia internacional resultaram de acontecimentos conjunturais, como por exemplo, as duas guerras mundiais, a pesada crise econômica ocorrida entre elas, etc.. Esses acontecimentos impuseram grandes dificuldades às importações. Assim esses acontecimentos serviram como força impulsionadora da atividade industrial latino-americana. E com a qual foi possível

minorar as dificuldades de importar bens industriais das economias centrais em conflitos.

Na fase do desenvolvimento para dentro em virtude de sua própria especificidade, "é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o "edifício" seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período". (Tavares, 1983: 46)

Contudo, na fase de desenvolvimento para dentro, também conhecida como a industrialização via substituição de importações, diversos obstáculos tiveram que ser vencidos. Esses obstáculos, "a dimensão e estrutura dos mercados nacionais, a natureza da evolução tecnológica e a constelação de recursos produtivos. Os três têm, como é evidente, múltiplos aspectos intimamente relacionados e só através de uma análise exaustiva e sistemática das suas interações se poderia apreender a visão ao mesmo tempo global e íntima da problemática do desenvolvimento econômico que se apresenta ao mundo subdesenvolvido em nossa época". (Tavares, 1983: 4)

Com a crise dos anos trinta, adveio uma forte redução do preço e do volume das exportações de produtos primários que, associados à situação de endividamento anterior, instalou-se uma profunda crise de divisas. Assim sendo, tornou-se imperativo a restrição às importações através da política cambial e aduaneira ou em alguns casos a simples proibição. Aparecem desta forma, condições favoráveis para a produção interna de bens

industrializados em substituição direta aos seus similares até então importados.

Aliados aos impulsos de tipo conjutural, o processo de industrialização dos países latino-americanos subordinou-se às transformações de estruturas que se verificam na economia mundial durante todos esses anos. Principalmente a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como centro cíclico do sistema econômico internacional. O caráter relativamente fechado da economia norte-americana conjugada à tendência de diminuição de seu coeficiente de importações, induziram significativas mudanças no desenvolvimento das economias periféricas.

Quando as economias gravitavam em torno do centro cíclico britânico, cuja economia era essencialmente complementar com a vasta periferia, as oscilações cíclicas eram transmitidas através dos movimentos do balanço de pagamento. Na depressão, as importações do centro sofriam uma contração maior e mais veloz do que suas importações. Na prosperidade, o centro promovia uma rápida expansão das suas importações. Assim as dificuldades externas surgidas nas contrações eram amplamente compensadas nas expansões, verificando-se uma tendência para o equilíbrio a longo prazo na balança comercial.

Bastante diferente foi a forma como a economia internacional operou quando a influência da economia norte-americana tornou-se predominante. Nos período de expansão, em virtude do baixo coeficiente de importações, a transmissão da expansão econômica à periferia, através das importações de produtos primários, faz-se de uma maneira relativamente lenta. O déficit comercial tende a perpetuar-se durante um lapso de tempo muito mais

prolongado. Nos períodos de contração cíclicas reflete-se a tendência ao superávit de sua balança e à absorção de ouro.

Essa mudança de centro cíclico trouxe algumas dificuldades ao desenvolvimento econômico da periferia, muito embora, induziu e estimulou outros caminhos. Conquanto, o contínuo déficit externo conduziu de uma forma sistemática à adoção de medidas cada vez mais restritivas às importações. Daí advindo, fortes estímulos para que substituam os bens manufaturados importados pela produção interna destes.

Assim sendo, em decorrência da mediação do mecanismo impulsor do déficit externo, o caráter muito mais fechado da economia do novo centro cíclico principal se reflete em um desenvolvimento periférico também muito mais fechado. Dessa forma, foi instaurado um modelo de desenvolvimento indistintamente denominado industrialização, via substituição de importações ou de desenvolvimento para dentro.

A industrialização espontânea das economias periféricas encontra respaldo quando se recorre a argumentos com maior nível de abstração. Por que, em qualquer processo de desenvolvimento a distribuição intersetorial da população economicamente ativa não é uma variável arbitrária. Há uma tendência em reduzir-se a população ocupada ao setor primário em benefício da população ocupada nos setores secundário e terciário. Resulta que à medida que a industrialização avança em todos os setores da atividade econômica, com a elevação progressiva da produtividade do trabalho, a percentagem relativa da população economicamente ativa empregada no setor primário declina.

Ao se generalizar essas idéias para o conjunto da economia internacional, constituído por economias centrais e periféricas, com suas características intrínsecas, existe outra via de desenvolvimento fora da industrialização via substituição de importações? A resposta é negativa. As economias periféricas com suas ofertas consideráveis de mão-de-obra gerada pelo acentuado crescimento demográfico, com pouca criação de progresso técnico não têm outra alternativa. Num determinado nível de desenvolvimento da economia internacional e tendo-se em conta a relativa imobilidade internacional da força de trabalho e a industrialização será o caminho único das economias periféricas.

Na sensível temática do desenvolvimento econômico periférico, "devemos reconhecer, no entanto, que, dentro dos parâmetros básicos do modelo de substituição de importações, dificilmente o processo de industrialização conduziria a resultados diferentes dos obtidos. Não nos parece objetivo, por outro lado, tentar reescrever a história e discutir teoricamente a viabilidade de outro modelo de desenvolvimento, que se baseasse em parâmetros totalmente distintos, como por exemplo, uma estrutura de propriedade e de repartição do produto menos desiguais, das quais decorressem funções de produção inteiramente diversas". (Tavares, 1983:54)

E finalmente, "Observa-se que este não é um argumento de política econômica, mas um raciocínio teórico formulado a contrário sensu para expressar o fato de que, quando o sistema econômico mundial adquire certo grau de desenvolvimento, ou seja, quando seus dois polos alcançam determinados níveis de produtividade e rendas médias, o livre jogo das forças econômicas impulsiona espontaneamente a expansão da indústria periférica. A industrialização passa

a ser então a forma principal e necessária de crescimento das economias que constituem o polo periférico do referido sistema". (Rodriguez, 1981: 45)

No âmbito da concepção do sistema centro-periferia apresentam-se problemas semelhantes nos países latino-americanos durante a fase de industrialização. Assim, surgem dois problemas comuns: as tendências ao desequilíbrio externo; e, a deterioração dos termos de intercâmbio. Sabe-se que a primeira está relacionada com a mudança do centro cíclico principal. Também se entende de tal tendência é própria do processo de industrialização periférica. Por que há um desencontro entre o aumento da demanda de produtos primários por parte das economias centrais. A tendência à deterioração dos termos de intercâmbio se perpetua por que, continuam os problemas de emprego nas economias periféricas.

A industrialização das economias periféricas apresentam uma tendência ao desemprego em razão de como se procedeu sua inserção na economia mundial. O processo de industrialização é comandado pela aplicação de técnicas de usos intensivo de capital, as quais, foram geradas na evolução das economias centrais. Conquanto, a demanda de força de trabalho caminha com atraso em relação à oferta gerada pelo processo de desenvolvimento.

A inadequação das técnicas produzidas nas economias centrais, quando aplicadas indiscriminadamente nas economias periféricas, têm gerado vários problemas. Durante a fase de desenvolvimento pela via da industrialização, é imperativo adotar as mesmas técnicas de grande escala e elevada densidade de capital. Isto contrasta negativamente com os níveis de renda e da capacidade de poupar das economias periféricas. E então, surgem inúmeros

estrangulamentos setoriais, como por exemplo, as precárias condições da infraestrutura compatíveis com as necessidades da especialização do período primário-exportador.

As principais dificuldades que as economias periféricas encontram durante o processo de industrialização, estão, diretamente relacionadas com a inadequação da tecnologia adotada. Ademais, toma-se em consideração que as dificuldades ao processo de industrialização das economias periféricas, estão estreitamente vinculadas à estrutura da propriedade latifundiária e minifundiária, resultando em formas ineficazes de posse e uso. Via de regra, estas condições anacrônicas tendem a limitar a oferta de produtos agrícolas.

Nas economias periféricas a excessiva concentração da terra dificulta a sua plena utilização econômica. A manutenção de grandes áreas improdutivas é viável e mesmo desejável para os proprietários que dispõem de grandes rendas na sua defesa contra a inflação e prestígio social. Do ponto de vista privado, os latifundiários tendem a mecanizar a produção agrícola, porque a mão-de-obra tem custo que motiva sua substituição por máquinas. Quanto aos minifúndios, é notória a sua incapacidade de capitalizar-se e elevar os padrões de produtividade. Contribuindo assim para dificultar a expansão da oferta da força de trabalho.

Além disso, acredita-se que essas condições estruturais específicas da agricultura das economias periféricas, conduzem ao uso disseminado de técnicas que economizam mão-de-obra em detrimento de técnicas que utilizam a força de trabalho em maior proporção e que aumentam a produtividade da terra. E como consequências diretas daí advindas, surgem os crônicos problemas de

emprego e de rigidez da produção agropecuária das economias periféricas.

Assim sendo, as economias periféricas enfrentam as mais variadas dificuldades no que diz respeito ao processo de industrialização. Enquanto prosseguem a deterioração dos termos de intercâmbios, manifestam-se problemas de balanço de pagamentos e de absorção da força de trabalho. Paralelamente, produzem-se desajustamentos intersetoriais da produção e continuam as dificuldades de utilização para a acumulação de capital. Esses fatores comuns apresentam-se com intensidade diversa nos países latino-americanos. Desta forma, o processo adquire, em cada um deles, conotações próprias.

Não resta dúvida que as tendências e contradições do processo de industrialização das economias periféricas, são expressões do persistente atraso na estrutura produtiva peculiar dessas economias. Sabe-se que a industrialização tem início a partir de condições de especialização e heterogeneidade configuradas durante a fase de desenvolvimento para fora. Obviamente, esse desenvolvimento provoca diversificação da produção com um aumento considerável da produtividade média do trabalho. A diversificação, contudo, não chega a suprimir a falta de complementaridade entre os setores produtivos, nem tampouco, a condição primário-exportadoras das economias periféricas. Ademais, não se consegue eliminar o atraso em produtividade, em razão direta com a dificuldade para absorver a mão-de-obra empregada em setores onde a produtividade é muito baixa, e por que, esta própria reabsorção se realiza em condições de produtividade diferente em relação ao centro.

Sabemos que há uma enorme diversidade de casos e de circunstâncias particulares da industrialização das economias periféricas. Mesmo tendo diferentes intensidades pipocam problemas comuns que travam o processo de industrialização. São os conhecidos obstáculos a serem removidos. Com isto, intenta-se, ou sustá-lo ou mesmo imprimi-lhe um ritmo inferior ao potencialmente possível de ser atingido. Conquanto, admite-se que o livre jogo das forças do mercado conduz à persistente manifestação de problemas de balanço de pagamentos, de acumulação e subutilização de capital, de força de trabalho, etc., quando se sabe que estes são próprios do processo de industrialização espontâneo das economias periféricas.

Com toda essa complexidade a concepção do sistema centro-periferia reconhece que a industrialização só conseguirá aumentar os níveis de produtividade e otimização da alocação de recursos, se for deliberadamente orientada por uma política de desenvolvimento. Além disso, levando-se em conta a natureza estrutural dos problemas mencionados nas economias periféricas, é indispensável ordenar e racionalizar essa política com o uso da programação.

A necessidade da condução deliberada do processo de desenvolvimento, via industrialização substitutiva de importações, por meio da planificação constitui um dos pilares básicos no qual se coloca toda ênfase nos principais documentos da CEPAL. A condução planificada de toda a atividade econômica é considerada um requisito imprescindível para o processo de desenvolvimento das economias periféricas.

No caso da economia brasileira a industrialização em muito deve à adoção do planejamento econômico. Conquanto, "Em fins

de 1956, dando resposta ao quadro de tensões antes descrito, o governo formulou um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, conhecido por Plano de Metas, que constitui a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país. Estes objetivos iriam servir durante os próximos cinco anos de norteio à política econômica e, em certos aspectos, ao longo de sua execução suas postulações iniciais foram superadas e seu caráter de política de desenvolvimento industrial confirmado". (Lessa, 1981: 27)

No inovador conjunto de idéias da escola cepalina, encontra-se um ecletismo metodológico, ou melhor, é possível verificar-se a existência de traços da economia tradicional, como por exemplo, funções de produção, fatores de produção, estado neutro, etc., e dos elementos da análise econômica keynesiana, como por exemplo, o estudo da renda, da produtividade, do investimento, etc. Aliás, existe até mesmo uma disfarçada indisciplina metodológica, como por exemplo, as citações de capital, apropriação de excedentes, etc., estranhas à economia tradicional keynesiana.

Em decorrência da forte presença dos elementos da análise econômica keynesiana, sobretudo, no que diz respeito à intervenção do estado no processo produtivo, a análise econômica da escola cepalina admite, claramente, a condição de neutralidade no exercício das funções do estado. Coincidindo, em linhas gerais, com o que a economia convencional prescreve para o desempenho do estado neutro.

Em síntese, pode-se garantir que as idéias da escola cepalina prende-se demais ao estudo das aparências, desprezando sem nenhuma justificativa razoável a essência, dos problemas socio-

econômicos. Daí advém seu demorado apego ao estudo das taxas de juros, das taxas de câmbio, dos desequilíbrios externos, etc..Assim, as idéias da escola cepalina estão expostas com traços da economia convencional e da análise keynesiana.

Em consequência da origem convencional e keynesiana das idéias da escola cepalina sobre o subdesenvolvimento vamos nos deparar, mais uma vez, com um modelo abstrato. Este, apresenta remota possibilidade de responder satisfatoriamente às indagações da prática. Assim, defrontar-se com uma sucessão de etapas, muito semelhante com as etapas de desenvolvimento da análise transicional. Então, encontra-se com a fase do "desenvolvimento para fora", do "desenvolvimento para dentro", etc., tudo concretizado numa sequência de etapas.

Do que foi explicitado, não há nenhuma dúvida de que a abrangência da análise das idéias da escola cepalina está circunscrita ao alcance da economia convencional e keynesiana. Tenta esquematicamente apresentar alguma situação inusitada que não tenha sido enfocada pela análise transicional, como por exemplo, a terminologia dos conceitos do sistema centro-periferia. Mas, aqui também, aspectos essenciais não mereceram a devida atenção, como por exemplo, o caráter das relações de produção, a problemática da exploração das economias subdesenvolvidas pelas economias desenvolvidas, etc.. Estes e tantos outros problemas sensíveis não são contemplados pelas idéias da escola cepalina.

Na questão crucial do papel do Estado no processo de industrialização das economias periféricas, as idéias da escola cepalina tiveram uma enorme influência. Pois, "o Estado se empenha a fundo em ampliar a base do sistema industrial que surgira da

crise da economia primário-exportadora. Coube ao Estado criar meios para atrair capital e técnica do exterior, ao mesmo tempo que multiplicava incentivos à iniciativa industrial local e canalizava essa iniciativa de forma a reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos. O Estado deu subsídios consideráveis aos industriais mas, ao mesmo, tempo, exigiu a progressiva nacionalização das atividades produtivas, no sentido de reduzir o conteúdo de insumos importados. O resultado foi uma rápida integração do sistema industrial em função do mercado interno". (Furtado, 1983: 31)

Dentre os vários tópicos abordados pelas idéias da escola cepalina, alguns merecem comentários críticos como forma de enriquecimento dos questionamentos. Por conseguinte, no item das causas da deterioração dos termos de intercâmbio necessário se faz um comentário apropriado. Como se sabe existe uma bem organizada tendência à queda dos produtos primários exportados pelas economias periféricas. E, concomitantemente, uma elevação dos preços dos produtos industrializados exportados pelas economias centrais.

Para as economias periféricas, "O lento crescimento da capacidade para importar ... é, em primeiro lugar, um reflexo do comportamento do comércio mundial de matérias-primas. É este um fato suficientemente conhecido para que nos detenhamos nele aqui. O progresso tecnológico e a elevação da renda atuaram de forma convergente para reduzir relativamente a demanda de matérias-primas. Tendo em conta que os países exportadores de produtos primários, ou exportadores apenas de produtos primários, têm estruturas rígidas e população em rápida expansão, não é de surpreender que os preços relativos das matérias primas nos mercados mundiais tenham

declinado". (Furtado, 1975: 176).

Então, no tocante à queda dos preços dos produtos primários, as idéias da escola cepalina preconizam que a causa fundamental é a contínua geração de excedente populacional nas economias periféricas. Isto posto, provoca a depressão dos salários e, conseqüentemente, a depressão dos preços dos produtos primários exportados.

Quanto à elevação dos preços dos produtos industrializados exportados pelas economias centrais, isto é possível por causa da relativa escassez de trabalho especializado, da maior capacidade de organização dos trabalhadores, os empresários dos países industrializados conseguem proteger melhor seus lucros, etc..

Estes argumentos têm procedência, porém, em hipótese alguma são suficientes para explicar corretamente o contraditório e complexo movimento dos preços no mercado internacional. Vendo-se apenas pela ótica do aumento constante da produtividade do trabalho nos países industrializados, a tendência seria a inversa. Ademais, existe um diferencial de produtividade nos extremos do sistema, no qual a periferia apresenta uma aceleração de produtividade do trabalho inferior à do centro.

Resumindo, nas economias centrais, há uma alta produtividade do trabalho. Isto significa menor valor unitário e, conseqüentemente, menor preço. Já nas economias periféricas há uma baixa produtividade do trabalho relativamente às economias centrais, então maior valor unitário e, evidentemente, maior preço.

Como se percebe as idéias da escola cepalina para a explicação do complexo comportamento dos preços no mercado internacional não são suficientes. Atribuir a tendência à baixa dos

preços dos produtos primários exportados pelas economias periféricas ao excedente populacional, contrasta com situação idêntica das economias centrais. Afinal de contas, as economias centrais também apresentam um elevado contingente populacional, expressado nos preocupantes índices de desemprego.

E, quanto à receita da escola cepalina estribada na sua conceituação estruturalista, o que preconiza para povos e países subdesenvolvidos atingirem a cobiçada condição de desenvolvidos? Os pensadores dessa nova escola "explicaram o subdesenvolvimento pela maneira com que as colônias e neocolônias do século XIX foram integradas na economia mundial pelas nações capitalistas desenvolvidas, transformando-se em fornecedores de produtos primários e importadores de bens manufaturados. A estrutura de produção e consumo, em consequência, ficou deformada, com os países subdesenvolvidos produzindo bens que nunca usavam e usando bens que não podiam produzir. Seu progresso passou a depender inteiramente de sua capacidade de equilibrar o comércio exterior. Se não pudessem colocar suas exportações em quantidade suficiente, eles seriam incapazes de comprar dos países desenvolvidos maquinarias e equipamentos para criar novas indústrias e empregos. Dessa forma, os problemas do subdesenvolvimento foram redefinidos em termos de relações de intercâmbio com os países desenvolvidos, que eram instados a proporcionar condições mais favoráveis". (Kay, 1977: 22)

Assim, para as idéias da escola cepalina "o assunto permanecia sendo concebido de um modo essencialmente quantitativo, e impedia qualquer crítica efetiva às relações de produção que se situam no cerne do problema. Faltava à teoria uma dimensão política revolucionária. Uma vez que sua crítica não atinge diretamente a

base neoclássica da teoria do desenvolvimento, os estruturalistas radicais foram forçados a importar suas posições políticas, exatamente da mesma forma que os neoclássicos, embora em posições diferentes. Jamais foram capazes de ir além de uma fraseologia revolucionária". (Kay, 1977: 22)

Em virtude das contradições de suas idéias, "três décadas após a importante aparição da CEPAL na vida teórica e prática do nosso continente, com a publicação em 1950, do famoso documento de Raul Prebisch e do Estudo Econômico da América Latina, essa instituição corre o risco de cair no esquecimento, antes, de se ter um balanço de sua influência e contribuições". (Mantega, 1987: 32)

CAPÍTULO 5 - Conclusão

"As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social, termina, assim, a Pré-História da sociedade humana".

Karl Max

Com a exposição das premissas básicas das idéias da análise transicional e das idéias gerais da escola cepalina, sobre o complexo fenômeno do desenvolvimento-subdesenvolvimento, fica por demais evidente que, removidos os obstáculos, as sociedades subdesenvolvidas atingirão tranquilamente a mítica condição de desenvolvidas. Nessa perspectiva os preocupantes diferenciais socio-econômicos existentes entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas apresentam uma irreversível tendência à diminuição.

Essa idealização, não obstante, o seu caráter otimista, a realidade aponta na direção contrária, ou seja, o fosso que separa os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos, inexoravelmente, tem

se ampliado bastante nos últimos tempos. Aliás, não há nenhuma evidência empírica, histórica ou científica que venha ao encontro das premissas das interpretações. Todas as evidências apontam para a não confirmação da perspectiva das interpretações.

Mesmo reconhecendo o enorme esforço de sistematização das categoriais da teoria econômica e, em muitos aspectos o seu pioneirismo, as interpretações não foram capazes de compreender e intervir com eficácia na percepção do complexo e contraditório fenômeno do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Os esquemas apresentados para entender tão grave problema, se mostraram insuficientes. Com isto, as interpretações não conseguiram responder a inúmeras indagações.

Além disso, as interpretações preconizam que as sociedades subdesenvolvidas poderão se desenvolver dentro do estreito modelo das relações sociais de produção capitalista. Em outras palavras, os países capitalistas subdesenvolvidos têm a oportunidade de se tornarem países capitalistas desenvolvidos. Deixando antever que, a estrutura do sistema capitalista internacional, permite a mobilidade em todos os sentidos.

Todavia, os fatos concretos conduzem para outra percepção diferente. Conquanto, sabemos que dentro da redoma rígida do sistema capitalista internacional, há um flagrante indicativo no sentido de que os diversos países subdesenvolvidos continuarão como tais, ou seja, eternamente subdesenvolvidos. Essa constatação realística, as interpretações não souberam ou não puderam compreender em toda a sua frenética plenitude cotidiana.

Esse visível desencontro entre a perspectiva das interpretações e a realidade, em função de sua dialética própria, leva-

nos obrigatoriamente a refletir melhor sobre a economia política do contraditório fenômeno do desenvolvimento-subdesenvolvimento socio-econômico. Esse grave problema extrapola facilmente os limites estreitos da teoria econômica convencional do desenvolvimento. Assim, rementemos para a procura de novas teorias capazes de intervir e interpretar com precisão científica, a realidade vivenciada por povos e países do mundo inteiro.

As próprias interpretações estão precisando urgentemente de uma revitalização para poderem continuar servindo de referência. A maioria de suas idéias foram concebidas logo após a segunda guerra mundial, em plena guerra fria. Esse clima altamente tensionado, separou artificialmente o mundo em dois blocos de influências distintas. Contudo, aos ventos dos novos tempos, essa arbitrária situação deixou de existir há muito tempo. Assim, diversas premissas das interpretações estavam atreladas ao espírito acima descrito e, desde então, perderam totalmente suas eficácias.

No caso particular das idéias gerais da escola cepalina, idealizadas e levadas ao conhecimento público nos países subdesenvolvidos latino-americanos, sua crença fixa de que nas relações internacionais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, residiam os obstáculos a serem removidos, não teve quase nenhum progresso. Para que houvesse a remoção dos obstáculos no intercâmbio internacional, necessário se faz alterações profundas na essência dessas relações. Devem deixar de ser relações de explorações como acontece atualmente, para serem relações civilizadas de interesses mútuos. Atualmente, só os países desenvolvidos é que tiram proveito do comércio internacional para refoçar suas poupanças internas.

Como as interpretações não tiveram ou não quiseram ter, a imprescindível clarividência para compreender os aspectos leoninos do intercâmbio internacional e seus reflexos no desenvolvimento do sistema capitalista internacional, suas premissas básicas não puderam intervir e interpretar o fenômeno das transferências de riquezas que é levado a termo no cenário mundial. Ninguém tem a menor dúvida que é através do comércio internacional que esta transferência se efetiva. A atual transferência de riquezas é altamente benéfica para os países desenvolvidos do sistema capitalista.

Tendo em vista a não coincidência da perspectiva das interpretações do desenvolvimento-subdesenvolvimento e a realidade vivenciada por países e povos do mundo inteiro, somos levados a concluir que essas idéias foram elaboradas num plano de alta abstração. As quais, não têm nenhuma correspondência com os elementos concretos da realidade internacional. Foram desprezados importantes categorias da economia política, como por exemplo, as relações sociais de produção, etc.. Assim, as interpretações não apresentaram nenhuma capacidade para interpretar corretamente os fatos concretos da realidade.

Em síntese, a perspectiva das interpretações de que há uma tendência de diminuição dos diferenciais socio-econômicos existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, não foi confirmada na prática. O que se observa, sem nenhuma margem à dúvida, é que esses diferenciais, apresentam uma tendência para a direção oposta, ou seja, a de constante ampliação. E, cada vez mais, o desenvolvimento vai ficando distante para as sociedades e economias subdesenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAN, P.A., A Economia Política do Desenvolvimento Zahar Editores, 1972
- BELLUZO, L.G. de M. e Coutinho, R. (Organizadores) Desenvolvimento Capitalista do Brasil, Editora Brasiliense, 1983
- CASTRO, A.B. de, 7 ensaios sobre a Economia Brasileira Editora Forense-Universitária, 1988
- DENIS, H., História do Pensamento Econômico Editora Livros Horizonte, 1987
- DOCKES, P., A Internacional do Capital Zahar Editores, 1976
- FIGUEIREDO, V., Desenvolvimento Dependente e Subdesenvolvimento Zahar Editores, 1978
- FRANK, A. G., Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento, Cia. Editora Nacional, 1974
- FURTADO, C., Formação Econômica do Brasil Cia. Editora Nacional, 1974
- FURTADO, C., Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico Cia. Editora Nacional, 1987
- FURTADO, C., Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina Editora Civilização Brasileira, 1968
- FURTADO, C., Análise do 'Modelo' Brasileiro Editora Civilização Brasileira, 1975
- FURTADO, C., O Brasil Pós-"Milagre" Editora Paz e Terra, 1983
- FURTADO, C., A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina Editora Civilização Brasileira, 1975
- FURTADO, C. Prefácio a Nova Economia Política Editora Paz e Terra, 1976

- GORBACHEV, M., Perestroika, Editora Best Seller, 1989
- HUNT, E.K., História do Pensamento Econômico, Editora Campus, 1990
- HUNT, E.K. e Sherman, H.J., História do Pensamento Econômico Editora Polis/Vozes, 1990
- KEYNES, J.M., A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Editora Atlas, 1982
- KAY, G., Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Editora Civilização Brasileira, 1977
- LESSA, C., 15 Anos de Política Econômica, Editora Brasiliense, 1981
- MANDEL, E., O Capitalismo Tardio, Editora Brasiliense, 1987
- PAKMAN, E.T., in Revista Raízes-UFPb-Jan-86 a Mar-88
- BRESSER PEREIRA, L.C., Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1983 Editora Brasiliense, 16ª Edição
- PRADO JR., C., História Econômica do Brasil Editora Brasiliense, 1977
- PREBISH, R., Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano Editora Fundo de Cultura, 1964
- RODRIGUEZ, O., Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL Editora Forense-Universitária, 1981
- ROSTOW, W.W., Etapas do Desenvolvimento Econômico Zahar Editores, 1983
- SINGER, P., Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana Cia. Editora Nacional, 1977
- SODRÉ, N.W., Formação Histórica do Brasil Editora Civilização Brasileira, 1976
- SWEEZY, P.M., Teoria do Desenvolvimento Capitalista Editora Nova Cultural, 1986.

TAVARES, M. da C., da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro Zahar Editores, 1983

XAVIER, J.A., O Capitalismo Financeiro no Brasil Tese de doutorado, FEA-USP- 1989